



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA  
CENTRO COLABORADOR  
Ministério da Saúde – Secretaria de Políticas de Saúde



# **O Programa de Saúde da Família: evolução de sua implantação no Brasil**

*Relatório Final*

**Novembro, 2002.**

# **Universidade Federal da Bahia**

## **Instituto de Saúde Coletiva**

### **Equipe**

Coordenação:

Lígia Maria Vieira da Silva<sup>1</sup>

Zulmira M. Araújo Hartz<sup>2</sup>

Consultoria:

Jairnilson Silva Paim<sup>3</sup>

Pesquisadores

Maria Guadalupe Medina<sup>4</sup>

Rosana Aquino Guimarães Pereira<sup>4</sup>

Cristiane Abdon<sup>5</sup>

Tânia de Carvalho Torres<sup>6</sup>

Marília Santos Fontoura<sup>7</sup>

Walberto Herrera Medina<sup>8</sup>

Silvio Roberto Medina Lopes<sup>8</sup>

---

<sup>1</sup> Professora adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e coordenadora geral do projeto.

<sup>2</sup> Professora da Escola Nacional de Saúde Pública-FIOCRUZ .

<sup>3</sup> Professor titular do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia

<sup>4</sup> Epidemiologista do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Saúde Comunitária. Diretora Executiva do Pólo de Saúde da Família – Bahia.

<sup>5</sup> Assistente social, mestre em Saúde Comunitária. Pólo de Saúde da Família – Bahia.

<sup>6</sup> Pedagoga do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Pólo de Saúde da Família – Bahia.

<sup>7</sup> Professora da Escola de Enfermagem da UFBA. Pólo de Saúde da Família – Bahia.

<sup>8</sup> Médico. Pólo de Saúde da Família – Bahia.

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>Objetivos .....</b>	<b>7</b>
<b>Metodologia .....</b>	<b>8</b>
<b>Resultados .....</b>	<b>14</b>
<b>Discussão .....</b>	<b>24</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>28</b>
<b>Tabelas e gráficos .....</b>	<b>30</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>70</b>

## Introdução

O Programa de Saúde da Família tem se constituído num dos pilares do movimento de reorganização do sistema de saúde brasileiro, consolidando-se como política prioritária de governo, conforme demonstram algumas evidências:

- a. grande expansão numérica da estratégia de saúde da família, especialmente a partir de 1998, com ampliação quantitativa e geográfica da cobertura, pelo progressivo aumento do número de municípios, estados e regiões no país. Em janeiro de 2002, segundo dados fornecidos pelo Departamento da Atenção Básica/MS, existiam no país 155.847 agentes comunitários de saúde em 4.820 municípios, 13.661 equipes de saúde da família em 3.740 municípios e 2.467 equipes de saúde bucal em 1.396 municípios.
- b. crescente legitimação institucional da estratégia de saúde da família no âmbito do SUS<sup>9</sup>, do que são indicativos, a própria expansão territorial - na medida em que traduz uma crescente adesão dos gestores municipais à proposta, e a “trajetória institucional” das coordenações do PACS/PSF em municípios, estados e no próprio Ministério da Saúde, passando da condição de coordenações de programas para diretorias ou departamentos de atenção básica, a partir dos quais, institucionalmente, são reordenados os diversos programas e áreas técnicas.
- c. fortalecimento dos mecanismos de sustentabilidade financeira. A “trajetória de financiamento” desses programas demonstra o aumento do volume de recursos e aprimoramento dos mecanismos de repasse que funcionavam por meio de convênio, inicialmente entre estados e Ministério da Saúde, depois entre municípios e Ministério da

---

<sup>9</sup> Trata-se aqui da legitimação política no âmbito do SUS e não da institucionalização do Programa nos diversos espaços, tal como assinala MENDES (2001), que são: o espaço político, o espaço dos serviços de saúde, o espaço educacional, o espaço corporativo e o espaço da representação populacional.

Saúde, depois através de remuneração da tabela SIA-SUS e, posteriormente, como incentivo variável do PAB (NOB 01/96). Claramente, tal processo foi orgânico às mudanças operadas na lógica de financiamento e gestão do SUS, particularmente manifestos na publicação da NOB 93, que instituiu o PAB, e da NOB 96 que redefiniu as condições de gestão dos municípios.

A consolidação do PSF é, por outro lado, um processo diverso e complexo e estudos que analisem a heterogeneidade de sua implantação no cenário nacional ainda são incipientes, embora já exista uma considerável produção acerca de experiências locais (CAPISTRANO FILHO, 1999; SOUZA e GIANLUPPI, 2000; SANTOS, 2001; VIANA e Dal PÓZ, 1998a, VIANA e Dal PÓZ, 1998b, VIANA e Dal PÓZ, 1998c, VIANA e Dal PÓZ, 1998 d, VIANA e Dal PÓZ, 1998e).

De fato, o discurso institucional e as supostas contribuições do Programa a mudanças no âmbito dos serviços de saúde estão muito mais sustentados por concepções, princípios do que “deve ser” e por impressões do que por investigações cuidadosas sobre efeitos da implementação dessa política. É corrente, por exemplo, a afirmação de que o Programa se implantou inicialmente em pequenos municípios e que só mais recentemente vem conseguindo se implantar em municípios de maior porte populacional (CAPISTRANO FILHO, 1999 e SANTOS, 1999), o que estaria definitivamente relacionados às suas reais possibilidades de consolidação como política governamental.

Da mesma forma, é um suposto que sua implantação em larga escala seja capaz de reverter uma lógica histórica de atenção à saúde no Brasil, pautada em modelos de atenção médico-privatista e sanitaria (MENDES, 1996 e PAIM, 1999), possibilidade que está condicionada ao modo de operar o Programa de Saúde da Família, de forma a originar novas práticas de atenção pautadas em modelos de promoção da saúde.

A realização de avaliações cientificamente rigorosas das políticas e programas de saúde no Brasil ganham especial relevância neste cenário, em que a implementação em grandes proporções de estratégias de reorientação do Sistema Único de Saúde, como o Programa de Saúde da Família, parece ser um processo irrevogável, em franca expansão territorial e legitimação institucional.

Naturalmente, o escopo que inclui as investigações necessárias é imenso e a produção de conhecimentos no país sobre o Programa não chegou sequer a produzir uma descrição consubstanciada sobre o próprio processo de implantação, etapa indispensável para sua aproximação enquanto objeto de pesquisa. Compreendendo ser esta uma lacuna importante, este estudo descreve o processo de implantação do Programa de Saúde da Família no Brasil, buscando responder às seguintes questões: Onde o PSF foi implantado? Como evoluiu o processo de sua implantação? Quais as características dos municípios onde foi se implantando ao longo do tempo?

## **Objetivos**

### **Objetivo geral**

Descrever a evolução do processo de implantação do Programa de Saúde da Família (PSF) no Brasil, no período de 1998 a 2001.

### **Objetivos específicos**

1. Caracterizar o perfil sócio-demográfico dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família no Brasil no período de 1998 a 2001;
2. Caracterizar as condições de gestão do SUS e a rede de serviços de saúde dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família no Brasil no período de 1998 a 2001.

## **Metodologia**

### **Desenho da investigação:**

Foi realizado um estudo ecológico, cuja unidade de análise foi o município. Foram incluídos todos os municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família até dezembro de 2001. Para caracterização do perfil dos municípios, foram constituídos quatro grupos, considerando-se o período de implantação do Programa, quais sejam: de 1994 a 1998, 1999, 2000 e 2001. A opção por agrupar os municípios que implantaram o PSF entre os anos de 1994 e 1998 deveu-se à impossibilidade de constituir-se coortes por ano, dada a inexistência de bases de dados secundários que nos permitissem identificar o ano de implantação do Programa nesse período, uma vez que o CAPSI<sup>10</sup> só foi implantado no ano de 1998.

### **Fontes de dados:**

O estudo foi realizado com dados secundários provenientes dos diversos sistemas de informação de abrangência nacional, disponibilizados pelo Ministério da Saúde pela *internet* ([www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)) ou em meio magnético. Foram utilizados os seguintes sistemas de informação:

- Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB),
- Sistema de Informação de Mortalidade (SIM),
- Sistema de Informação de Nascidos Vivos (SINASC),
- Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS),
- Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS) e
- Censo 2000 e estimativas populacionais provenientes do IBGE.



### **Definição de variáveis e indicadores:**

As variáveis e indicadores utilizados neste estudo foram classificados em três blocos: a) situação sócio-econômica e demográfica dos municípios; e b) gestão e financiamento do SUS e complexidade da rede de serviços de saúde e c) implantação do PSF. A descrição detalhada da codificação das variáveis na base de dados está apresentada no Anexo 1. A seguir, listaremos as principais variáveis e indicadores utilizados de acordo com a classificação adotada.

### **Situação sócio-econômica e demográfica dos municípios:**

<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>
Localização por estado e macro-região	
Localização em região metropolitana, discriminando se na sede ou periferia	
População total nos anos de 1998 a 2000	
Porte populacional, em 1998 a 2001	
Nível de urbanização em 2000	Taxa de urbanização do município em 2000
Nível de alfabetização da população em 2000	Taxa de alfabetização em maiores de 15 anos do município em 2000

Para porte populacional, estabeleceu-se os seguintes estratos: <5 mil; 5 a 9 mil; 10 a 49 mil; 50 a 100 mil; 100 a 500 mil e > 500 mil habitantes. Para a estratificação dos indicadores taxa de alfabetização e taxa de urbanização, em função de não existirem parâmetros previamente definidos, foram estabelecidos quatro estratos, a partir da análise da distribuição em quartis do total de municípios brasileiros no ano de 2000.

---

<sup>10</sup> Sistema de informação gerencial desenvolvido pelo DATASUS para repasse aos municípios dos incentivos do PACS e PSF.

### **Gestão e financiamento do SUS e complexidade da rede de serviços de saúde:**

<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>
Forma de habilitação do município na Norma Operacional Básica SUS 01/96 em 1999 e 2001	Percentual de municípios habilitados em gestão plena do sistema em 1999 e 2000
Complexidade da rede de serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Número de consultas médicas especializadas por habitante/ano</li><li>➤ Número de hospitalizações por local de ocorrência</li></ul>

### **Implantação do Programa de Saúde da Família:**

<b>Variáveis</b>	<b>Indicadores</b>
Ano de implantação do PSF	
Cobertura do PSF em 1998, 1999, 2000 e 2001	Percentual da população coberta pelo PSF em 1998, 1999, 2000 e 2001
Cobertura do PACS em 1998, 1999, 2000 e 2001	Percentual da população coberta pelo PACS em 1998, 1999, 2000 e 2001

A variável ano de implantação do PSF foi gerada neste estudo, uma vez a mesma não existe em qualquer sistema de informação. Para a sua geração, utilizou-se os seguintes procedimentos: primeiro, tomou-se como referência a base de 1998 do CAPSI, que incluía todos os municípios que tinham equipes de PSF implantadas até esse ano, constituindo-se, assim, o primeiro grupo de municípios; a partir daí, foram comparadas as bases de dados do CAPSI em anos consecutivos, constituindo-se a base de dados de 1999 com o grupo de municípios que aparecia na base de 1999 no CAPSI mas que não havia aparecido na base do sistema no ano anterior. Procedeu-se da mesma forma com os anos de 2000 e 2001, considerando-se como ano de implantação aquele em que o município aparecia pela primeira vez na base de dados.

É importante ressaltar que se procedermos a uma comparação entre as bases de dados de cada ano do total de municípios com PSF implantado do CAPSI, estas não corresponderão à soma dos municípios implantados ano a ano. Isto porque, no CAPSI, há municípios que saem e posteriormente voltam a entrar na base de dados, configurando situações de suspensão temporária do Programa em determinado período. Isto não foi levado em conta neste trabalho. As fontes de informação para a estimativa de cobertura foram o CAPSI para o período de 1998 a 2000, e o SIAB para o ano de 2001<sup>11</sup>. Nestes sistemas são informados, por município, o total de equipes de saúde da família e de agentes comunitários de saúde. Vale ressaltar que o total de agentes não é discriminado por Programa, o que traz implicações para o cálculo de cobertura.

Para a estimativa de cobertura populacional dos municípios com o Programa de Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitários foram adotados os seguintes procedimentos:

- foi tomado o número de equipes de saúde da família e de agentes comunitários informados no mês de dezembro ou, no caso deste dado não estar disponível, no último mês de cada ano;
- a cobertura do PSF foi calculada através do produto do número de equipes pelo número médio estimado de pessoas cadastradas por equipe, que equivale a 3.450 pessoas (padrão adotado pelo Departamento da Atenção Básica – MS)
- a cobertura de agentes comunitários de saúde foi calculada através do produto do número de agentes pelo número médio estimado de pessoas cadastradas por agente, que equivale a 575 pessoas (padrão adotado pelo Departamento da Atenção Básica – MS)

---

<sup>11</sup> O CAPSI foi criado para o cálculo e pagamento de incentivos financeiros ao PACS e PSF em 1998 e desativado em 2000, quando o MS passou a adotar para esta finalidade o SIAB como fonte de informação. O CAPSI discrimina três situações: equipes qualificadas, equipes implantadas e equipes “pagas”. Neste estudo, adotamos como base a terceira situação.

- como nem o CAPSI nem o SIAB discriminam o número de agentes vinculados ao PACS e ao PSF, a cobertura do PACS foi estimada através da diminuição da cobertura de agentes comunitários de saúde pela cobertura do PSF.

### **Processamento dos dados**

Para capturar e compactar dados provenientes dos diversos sistemas de informação de saúde e possibilitar o armazenamento em uma única base de dados, foi desenvolvida uma ferramenta que permite a transferência de dados, geração de arquivos DBF e de relatórios analíticos, assim como consultas específicas.

O Sistema desenvolvido é “**off-line**” e modular na arquitetura cliente/servidor, funcionando nos sistemas operacionais Windows 9X, Windows NT 4.0 SERVER ou superior, utilizando como repositório de dados o MS ACCESS 2000, tendo como linguagem de desenvolvimento o Delphi 5.0.

O Sistema é formado pelos seguintes módulos funcionais:

- **Definições** – Procedimentos, instruções e definições das variáveis e indicadores dos estados e municípios.
- **Consultas** – Possibilita consultar todas as variáveis de um município, estado ou região.
- **Importação** – Responsável pela migração dos dados dos sistemas de informações para a base única.
- **Exportação** – Responsável pela geração de arquivos em DBF para serem analisados no SPSS, EPINFO ou em qualquer outra ferramenta de análise estatística.
- **Relatórios** – Gerenciador de relatórios.

## **Análise de dados**

Procedeu-se a descrição das quatro coortes de municípios em relação às variáveis analisadas, buscando-se identificar semelhanças e diferenças entre os grupos e caracterizar o processo de implantação do Programa de Saúde da Família no Brasil, no período de 1998 a 2001.

O banco de dados foi analisado utilizando o *software* SPSS for Windows versão 10.0.1. Os resultados foram apresentados em tabelas, gráficos e mapas, por município, estado e região.

## **Resultados**

### **Caracterização dos municípios que implantaram o PSF**

#### **1. Cobertura do Programa de Saúde da Família e perfil sócio-demográfico**

No Brasil, até o ano de 2001, 3.902 municípios tinham implantado o Programa de Saúde da Família, correspondendo a 70,2% dos municípios brasileiros. Este percentual variou de 59,6% na Região Sul a 83,6% na Região Centro-Oeste (Tabela 1). Em apenas quatro estados menos de 50% dos municípios haviam implantado PSF (Amapá, Bahia, Maranhão e Rio Grande do Sul). Na grande maioria (19 estados da federação e o Distrito Federal) mais de 70,0% dos municípios o fizeram. Destacavam-se os estados da Paraíba (90,1%), Pernambuco (93,5%), Piauí (96,8%), Rondônia (98,1%), Alagoas (100,0%) e Ceará (100,0%), cujos percentuais apresentaram-se acima de 90% (Tabela 1).

A análise por ano de implantação do Programa demonstrou que 1.134 municípios haviam implantado o PSF até 1998, 621 em 1999, 1.171 em 2000 e 976 municípios em 2001, o que representou um crescimento de 20,6% dos municípios em 1998 para 70,2% em 2001. Todas as regiões iniciaram o processo de implantação desde o ano de 1998, entretanto nas regiões Sul e Centro-Oeste o mesmo ficou mais concentrado nos anos de 2000 e 2001 (Tabela 2).

Em relação a cobertura populacional no momento da implantação do Programa, observou-se, a cada ano, um aumento progressivo do percentual de municípios que já o implantavam com elevadas coberturas. De 1998 a 2001, a proporção de municípios que implantaram o PSF com coberturas iguais ou superiores a 70,0% correspondeu, respectivamente, a 24,0%, 29,6%, 49,4% e 60,0%, enquanto decresceu, progressivamente o percentual de municípios que implantaram o PSF com coberturas baixas, chegando a apenas 7,5% em 2001 (Tabela 3).

O padrão observado no nível nacional se reproduz nos estados e regiões, com aumento progressivo de municípios que já implantavam o PSF com altas coberturas. No ano de 1998, a

proporção de municípios que implantou o PSF com coberturas altas ( $\geq 70\%$ ) só foi maior que 30% no Rio Grande do Norte, Tocantins e Minas Gerais, correspondendo a, respectivamente, 45,0%, 36,1% e 35,9%. Situação bem diversa foi observada em 2001, quando, em 20 estados, mais de 30% dos municípios implantaram o PSF com elevadas coberturas, sendo que em 17 estados o percentual de municípios foi maior ou igual a 50% (Gráficos 1 a 4). Observando as regiões, em 1998, apenas a Região Sudeste apresentava mais de 30% de municípios que implantaram o PSF com alta cobertura. Já em 2001, à exceção da Região Norte (44,2%), mais de 50% dos municípios implantaram o PSF em todas as regiões com cobertura altas (Gráfico 5)<sup>12</sup>.

A implantação progressiva do Programa nos municípios brasileiros se acompanha de uma ampliação das coberturas, configurando um processo de expansão que apresenta, simultaneamente, a ocorrência de dois fenômenos: a expansão territorial do PSF em todos os estados e regiões do país e a ampliação das coberturas populacionais nos municípios a cada ano<sup>13</sup> (Mapas 1 a 4).

Em relação ao porte populacional dos municípios, observou-se que, já no ano de 1998, o Programa foi implantado em quase metade dos municípios com 100.000 ou mais habitantes e em aproximadamente 60% dos municípios com 500.000 ou mais. Vale ressaltar que ao considerar o conjunto de municípios em todo o período, isto é, até o ano de 2001, todos os estratos populacionais apresentaram percentuais de municípios que implantaram o PSF maiores do que 68%, sendo que entre os grandes municípios (maior ou igual a 500.000 habitantes) o Programa encontrava-se implantado em 87,5% (Tabela 4, Anexo 4).

A implantação do PSF em pequenos municípios aumentou progressivamente no período, mas em municípios de grande porte concentrou-se em 1998. Estes dados contrariam a idéia de que

---

<sup>12</sup> O Anexo 2 apresenta as tabelas com distribuição percentual dos municípios que implantaram o PSF por faixa de cobertura e ano de implantação por estado e regiões.

o Programa se implantou apenas em municípios pequenos e, progressivamente, em municípios de maior porte. Na verdade, temos que considerar que no Brasil é muito alta a proporção de municípios abaixo de 50.000 habitantes, correspondendo a cerca de 91% do total. Para todos os estados, exceto o Rio de Janeiro (63,1%), este percentual no ano de 2001 ficou acima de 80,0%, chegando em torno de 98% no Tocantins e Piauí (Gráfico 6).

Os gráficos 7 a 10 apresentam a distribuição dos municípios que implantaram o PSF segundo porte populacional e estado, respectivamente, para cada ano. Em 1998, 14 estados tinham municípios acima de 500.000 habitantes que implantaram o PSF, contrastando com os anos posteriores de 1999, 2000 e 2001, quando apenas 2, 4 e 1 estado, respectivamente, apresentaram implantação do PSF em municípios de grande porte. Semelhante situação aconteceu com relação ao porte populacional de 100 a 500 mil habitantes, onde o número de estados com municípios que implantaram o PSF decresceu de 21 para 9 no período de 1998 a 2001. Ou seja, a iniciativa de implantar o Programa por parte de grandes municípios se fez predominantemente em 1998, ainda que, como discutiremos abaixo, nesse momento, não foram alcançadas coberturas populacionais importantes.

Analisando o processo de implantação por estado, observando o percentual dos municípios que implantaram o PSF do total de municípios do estado em cada estrato populacional, constatou-se que, até 1998, no Distrito Federal e em 10 estados, o PSF estava implantado em 100,0% dos municípios com população igual ou superior a 500.000 habitantes (Amazonas, Pará, Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Paraná e Goiás). Ressalta-se que 9 estados da federação não possuíam municípios com este porte populacional, sendo que, neste grupo, no Acre e Rondônia o PSF estava implantado em 100% dos maiores municípios do estado (100.000 a 499.999 habitantes), o mesmo ocorrendo

---

<sup>13</sup> O Anexo 3 apresenta as coberturas do PSF em todos os municípios brasileiros por estado no período de 1998 a 2001.



para 75,0% e 66,7% dos municípios em Santa Catarina e Mato Grosso, respectivamente (Tabela 5).

No ano de 1999, o PSF foi implantado em 100,0% dos municípios de maior porte dos Estados do Amapá, Roraima, Ceará e Paraíba. Se considerarmos o período até o referido, o PSF encontrava-se implantado em 100,0% dos maiores municípios de 17 estados, sendo 7 da Região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá), 7 do Nordeste (Alagoas, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba) 2 do Sul (Rio Grande do Sul e Paraná) e 1 do Centro-Oeste (Goiás), além do Distrito Federal (Tabelas 5 e 6).

Nos demais 9 estados, nos anos de 2000 e 2001, o PSF foi implantado em 100,0% dos maiores municípios do Estado da Bahia e Mato Grosso do Sul e em 75,0% dos grandes municípios do Rio de Janeiro (Tabelas 7 e 8).

É importante observar na análise do processo de implantação do PSF no país, simultaneamente, as variáveis porte populacional do município e cobertura por ano de implantação do Programa. Como demonstra a Tabela 9, exceto para os municípios com menos de 5.000 habitantes, que com a implantação de uma única equipe alcançam coberturas elevadas, em 1998 e 1999 foi muito baixo o percentual de municípios que implantaram o PSF com coberturas iguais ou superiores a 70%. Diferentemente, em 2000 e 2001, há um incremento das coberturas populacionais, em todos os estratos. No estrato de 5.000 a 9.999 habitantes, o percentual de municípios que implantaram o PSF com altas coberturas cresceu de 17,0% para 57,6% e no estrato de 10.000 a 49.999 habitantes, de 9,2% para 37,0%, respectivamente, comparando-se os anos de 1998 a 2001 (Tabela 9).

Como já comentado anteriormente, cerca de 60% dos municípios com mais de 500 mil habitantes implantaram o PSF em 1998, a maioria com coberturas baixas. A análise dos anos

seguintes deve considerar que se trata de um número progressivamente menor de municípios, respectivamente 3, 7 e 1 município de 1999 a 2001 (Tabelas 4 e 9).

Do total de 390 municípios que pertencem a regiões metropolitanas, 70,0% implantaram o PSF até 2001 (Tabela 10). A análise da evolução das coberturas populacionais revelou que, até aquele ano, seis regiões metropolitanas alcançaram coberturas superiores a 40,0%: Área de expansão de Florianópolis (100,0%), Londrina (69,0%), Colar Metropolitano do Vale do Aço (48,5%), Maringá (42,7%), Vale do Itajaí (41,3%) e Florianópolis (40,6%) (Tabela 11).

É surpreendente observar que 21 principais municípios, de um total de 28 regiões metropolitanas, implantaram o PSF no período estudado, sendo que 15 o fizeram já em 1998. Entretanto, naquele ano, à exceção de cinco destes municípios (Maceió, Curitiba, Blumenau, Joinville e Brasília) as coberturas eram muito baixas, inferiores a 10,0%. No conjunto, as coberturas apresentaram tendência a elevação, especialmente nos anos de 2000 e 2001, alcançando patamares superiores a 20% em quase metade dos municípios, destacando-se Vitória do Espírito Santo (45,5%), Maringá (59,8%) e Londrina (68,3%) com as maiores coberturas (Tabelas 12).

Analisando a distribuição dos municípios segundo o ano de implantação e taxa de urbanização, demonstrou-se que 31,8% dos municípios que implantaram o PSF até 1998 tinham altas taxas de urbanização, percentual que vai decrescendo nos anos seguintes até chegar a 19,5% dos municípios em 2001 (Tabela 13).

Estudando o percentual de municípios que implantaram o PSF do total de municípios em cada estrato de urbanização por estado e região, observou-se que, em 1998, o percentual entre os municípios com altas taxas de urbanização foi, respectivamente, 54,8%, 32,6%, 28,8%, 18,9% e 9,6% para as Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste, destacando-se os Estados do Acre (100,0%), Amazonas (100%), Alagoas (86,7%) e Ceará (84,6%) que implantaram o PSF em mais de 80,0% dos municípios com maiores taxas de urbanização. No

período, observou-se uma tendência de decréscimo destes percentuais nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste, sendo que nesta região a queda mais acentuada ocorreu em 1999 (6,4%). A região Sul apresentou oscilação dos percentuais no período, sendo que no ano de 2000 ele alcançou seu valor máximo (24,9%) e o Centro-Oeste apresentou diferenças importantes entre o período 1998-1999, com percentuais em torno de 9,0%, e 2000-2001, com grande aumento dos valores, respectivamente 40,4% e 26,9%. (Gráficos 11 a 14 e Tabelas 14 a 17).

Em relação aos municípios com taxa de urbanização baixa, até 1998, o PSF estava implantado em, respectivamente, 39,5% e 16,0% dos municípios neste estrato nas Regiões Sudeste e Nordeste, e, em apenas 6,4%, 3,7% e 2,0% dos municípios das Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Nos anos posteriores, a implantação neste estrato de municípios aumenta em quase todas as regiões, exceto no Sudeste, pois quase 40% dos municípios deste estrato implantaram o PSF até o ano de 1999, chegando, em 2001 a abranger, respectivamente, 9,2%, 17,0%, 15,7%, 21,1% e 33,3% dos municípios com baixas taxas de urbanização das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Tabelas 14 a 17).

O padrão de distribuição dos municípios brasileiros, segundo o ano de implantação e taxa de alfabetização, foi mais ou menos uniforme no período, à exceção do ano de 1999, que apresentou maior implantação em municípios com menores taxas de alfabetização (Tabela 18).

Observando-se, entretanto, as regiões e estados, verificou-se que, em 1998, a implantação do PSF se deu em, respectivamente, 100,0%, 62,5%, 25,4%, 10,8, e 25,0% dos municípios com altas taxas de alfabetização das Regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Estes percentuais decresceram até 2001 em todas as regiões, exceto no Sul que apresentou valores de 21,6% e 20,0%, respectivamente nos anos de 2000 e 2001. Em 2001, não houve implantação do PSF no estrato de municípios com altas taxas de alfabetização nem na Região

Norte, nem na Nordeste, e apenas em 10,7% e 2,3% dos municípios do Sudeste e Centro-Oeste nessa categoria (Tabelas 19 a 22).

A situação quanto aos municípios com baixas taxas de alfabetização, por outro lado, apresenta tendências diversas entre as regiões. Até 1998, a implantação do PSF se deu em 10,0%, 22,8% e 33,3 dos municípios neste estrato nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste e em nenhum município das Regiões Sul e Centro-Oeste. Nas Regiões Nordeste e Sudeste estes percentuais decresceram no período, chegando a 16,7% e 22,2%, respectivamente, em 2001. Nas demais regiões, observou-se elevação nos percentuais no período, chegando a 14,6% no Norte e em cerca de 20,0% no Sul (23,3%) e Centro-Oeste (20,0%) (Tabelas 19 a 22).

## **2. Gestão do SUS e complexidade da rede de serviços de saúde**

A implantação do PSF foi bastante expressiva em municípios habilitados na condição de gestão plena do sistema de saúde (NOB96). No ano de 1999, o percentual de municípios que implantaram o PSF entre aqueles naquela condição foi, respectivamente, de 70,2%, na região Norte, 66,7% no Nordeste, 43,5% no Sudeste, 57,1% no Sul e 45,0% no Centro-Oeste. Dez estados chegaram a implantar o PSF em 100% dos municípios em gestão plena do sistema (Acre, Amazônia, Rondônia, Tocantins, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Mato Grosso) e em apenas dois estados esse percentual foi inferior a 30% (Maranhão e São Paulo). No ano de 2000, apesar do incremento da habilitação dos municípios em gestão plena do sistema, houve um aumento absoluto e relativo dos municípios que implantaram o PSF neste grupo, verificando-se os seguintes percentuais: 86,3% para a Região Norte, 91,2% para o Nordeste, 77,8% para o Sudeste, 84,1% na Região Sul e 96,0% no Centro-Oeste. Com respeito aos estados, 25 apresentaram percentuais maiores de 60,0% e em 15 deles, 100% dos municípios em gestão plena do sistema haviam implantado o PSF (Tabela 23).

Observamos que o PSF foi implantado, prioritariamente, em municípios com PACS no Norte e Nordeste do país, regiões que apresentaram, em todo o período, elevadas proporções de municípios com altas coberturas do PACS no ano anterior à implantação do PSF (Gráficos 15 a 17). No ano de 1999, as proporções de municípios que tinham mais de 40% de cobertura do PACS no ano anterior corresponderam, respectivamente, a 76,5% e 75,3% nessas regiões. Na Região Centro—Oeste, variaram em torno de 80% para os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Tal padrão de implantação não foi observado nas demais regiões. No Sul e Sudeste, as coberturas do PACS eram muito baixas no ano anterior ao que o PSF se implantou. Nestas regiões, no ano de 1999, as proporções de municípios que tinham menos de 20% de cobertura do PACS eram, respectivamente, 61,6% e 87,5%, destaque para o estado de Minas Gerais que apresentou percentual de 98,5% em 1999, 97,6% em 2000 e 88,3% em 2001.

A maioria dos municípios brasileiros apresentava no período de 1998 a 2001 uma rede de baixa complexidade. Mais de 50% não produziram consulta especializada no período e aproximadamente 37% não produziram internação (Anexos 9 e 11).

Observou-se que a implantação do PSF no período foi se fazendo, progressivamente, em municípios com menor complexidade da rede de serviços de saúde. Analisando a produção de consulta especializada por ano de implantação do PSF, verificou-se que, no Brasil, dos 3.902 municípios que implantaram o PSF até o ano de 2001, 2.060 não produziram consulta especializada, o que correspondeu a 52,8% do total de municípios que implantaram o PSF (Tabela 24).

Do conjunto de municípios que implantaram o PSF no período de 1998-2001, observou-se a elevação da proporção daqueles que não produziram consulta especializada, passando de 37,4% em 1998 a 67,6% em 2001 (Tabela 24).

Em todas as regiões, foi observada elevação da proporção de municípios que implantaram o PSF e que não produziram consulta especializada. As maiores diferenças regionais referiram-se às regiões Norte e Sudeste que apresentaram, respectivamente, o maior e o menor percentual de municípios que não produziram consulta especializada. No Norte, os valores foram de 48,2% em 1998 e 90,2% em 2001. No Sudeste, esses valores foram de 30,7% em 1998 e 48,4% em 2001 (Tabelas 25 a 28 e Gráficos 18 a 21). Este padrão foi também observado para o Brasil como um todo, ou seja, elevou-se a proporção de municípios que não produziram consulta especializada no período de 1998-2001, em todas as regiões, exceto na região Centro-Oeste, que apresentou uma discreta diminuição deste percentual, passando de 54,6% em 1998 para 53,6% em 2001 (Anexo 10).

Em todos esses anos, a proporção de municípios que produziram 0,5 ou mais consultas especializadas por habitante/ano foi muito baixa, não passando dos 10,0%, excetuando-se o ano de 1999, que apresentou o percentual de 17,3% (Tabela 24).

Considerando-se as regiões, este percentual foi menor que 15% em quase todos os anos. As exceções corresponderam às regiões Sudeste (16,3%, 40,5%, 18,9% e 14,3%, respectivamente nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2001), e Centro-Oeste (25,0% em 1999). Com relação ao ano de 1999, ressalta-se que houve uma elevação na proporção de municípios que produziram mais de 0,5 consulta especializada por habitante/ano em todas as regiões, com posterior redução destes percentuais nos anos de 2000 e 2001 (Tabelas 25 a 28 e Gráficos 18 a 21).

É interessante observar que em um grande número de estados (12 em 1998, 7 em 1999, 13 em 2000 e 13 em 2001) nenhum município que implantou o PSF no ano produziu mais que 0,5 consulta especializada por habitante/ano (Tabelas 25 a 28).

Conforme mencionado anteriormente, dos 3.902 municípios que implantaram o PSF no Brasil, 1.395 (35,8%) não produziram internações no ano de implantação. Considerando-se o período de 1998 a 2001, este percentual aumentou de 28,8% para 40,5% dos municípios. Para

todos os municípios do país, este percentual não apresentou variação significativa no mesmo período, permanecendo em torno de 38% dos municípios (Tabela 29 e Anexo 11).

Nas regiões, observou-se uma tendência de aumento dos percentuais de municípios que não realizaram internação, que variaram no período de 1998 a 2001 de, respectivamente, 26,1% a 50,0% na Região Norte, 22,8% a 40,6% no Nordeste, 36,5% a 47,3% no Sudeste, 24,0% a 40,4% no Sul e 10,0% a 26,2% na Região Centro-Oeste (Tabela 30).

Comparando nas regiões, os percentuais de municípios segundo número de internações entre os municípios que implantaram o PSF e o total de municípios, evidenciou-se que o PSF foi implantado, inicialmente, em municípios que realizavam mais internações, quadro que vai, progressivamente se alterando ao longo do período, aumentando a implantação em municípios que não realizavam internações e diminuindo, relativamente, nos que produziram internações hospitalares (Gráficos 22 a 25).

## **Discussão**

Os anos 90 testemunharam grandes mudanças nas políticas de saúde no Brasil, norteadas pela necessidade de ruptura com as formas então vigentes de organização do sistema de saúde. O Programa de Saúde da Família tem se constituído num dos pilares desse movimento, enquanto proposta de reorganização da atenção básica.

Os resultados apresentados demonstraram a grande expansão da estratégia de saúde da família, a partir de 1998, com ampliação quantitativa e geográfica da cobertura, pelo progressivo aumento do número de municípios, estados e regiões no país. Cobrindo, em 2001, 70,1% dos municípios brasileiros, este processo foi heterogêneo nas regiões, iniciando-se pelo Nordeste, Norte e Sudeste, para em 2000 e 2001 estender-se para o Sul e o Centro-Oeste do país.

Ao contrário do que era esperado, a análise dos dados permitiu identificar que a adesão dos municípios maiores ao Programa foi precoce. A idéia corrente de que o PSF inicialmente foi implantado apenas em pequenas municípios deve-se à forma de analisar o processo de implantação do PSF no país. No Brasil, cerca de 91% dos municípios têm menos de 50.000 habitantes, assim, quando consideramos esta configuração nacional, observamos que, no período até 1999, o PSF foi implantado em 100,0% dos maiores municípios de 17 estados e em quase 70% dos municípios com mais de 500.000 habitantes. Nos anos seguintes, a ampliação do número de municípios envolveu, principalmente, os municípios menores.

A análise da distribuição dos municípios de acordo com níveis de urbanização foi coerente com os resultados acima mencionados, evidenciando-se, no período de 1998 a 2001, uma tendência de aumento de implantação nos municípios com baixas taxas de urbanização e decréscimo naqueles com altas taxas.



Grande parte dos municípios de regiões metropolitanas implantou o PSF em 1998. Em que pese as baixas coberturas observadas, é preciso ressaltar a importância da implantação do PSF nas capitais e municípios pólo em seus estados, pelo potencial de organização dos sistemas de saúde, em suas respectivas regiões e estados, e pela visibilidade que conferem ao Programa. Outro aspecto a mencionar é que, dado o grande porte populacional destes municípios, mesmo baixas coberturas estão relacionadas a grandes contingentes populacionais.

A implantação do PSF foi bastante expressiva nos municípios de gestão plena do sistema, alcançando 83,7% desses municípios em 2001, ressaltando-se que este conjunto representa apenas cerca de 10% dos municípios brasileiros. No período também foi observado que o crescimento da implantação do PSF foi se fazendo, progressivamente, em municípios com menor complexidade da rede de serviços de saúde, o que foi demonstrado pelo aumento dos percentuais de implantação em municípios que não produziam consulta especializada e internações.

Em síntese, o fenômeno que se observou em relação ao Programa de Saúde da Família no país foi caracterizado, primeiro, pela precocidade da sua implantação nos grandes municípios, localizados em regiões metropolitanas e em gestão plena do sistema de saúde. Segundo, pelo incremento das coberturas nos municípios, independente do porte populacional, em que pese que os municípios maiores, dificilmente, tenham alcançado percentuais de cobertura muito elevados. Terceiro, a grande ampliação em municípios pequenos, onde o PSF tem sido implantado com altas coberturas populacionais.

A expansão do Programa expressa a adesão dos gestores municipais à proposta e atendem a um pré-requisito fundamental da institucionalização do Programa. Tal institucionalização ocorre, segundo MENDES (2001) em diversos espaços: o espaço político, o espaço dos serviços de saúde, o espaço educacional, o espaço corporativo e o espaço da representação populacional.

Cabe destacar que, levando-se em consideração as características dos municípios, os cenários de implantação são distintos, uma vez que em municípios pequenos, altas coberturas podem ser obtidas com a implantação de um pequeno número de equipes, e para muitos deles, esta implantação pode ter significado, concretamente, expansão de serviços básicos. Já para municípios maiores, a implantação do PSF parece exigir, necessariamente, um esforço de reorganização da rede básica (em algum nível, ainda que não se faça no sentido da reorientação do modelo assistencial), uma vez que nos grandes municípios já existe uma rede física instalada e um conjunto de profissionais atuando segundo uma determinada lógica de organização dos serviços.

A descrição detalhada deste processo de consolidação do PSF, buscando revelar a diversidade e complexidade de sua implantação no país foi o principal produto deste trabalho. A partir destes resultados deve ser aprofundada a análise dos contextos de implantação do PSF, na perspectiva de compreender as diversas conformações do Programa no nível local. A análise destes contextos, por sua vez, permitirá entender a variabilidade dos seus efeitos sobre a organização dos serviços e sobre a saúde da população.

É nessa perspectiva que a temática da avaliação adquire centralidade no debate sobre o processo de implantação do Programa de Saúde da Família, buscando responder a algumas questões que parecem fundamentais, dentre as quais destacamos: Como o PSF se insere na organização concreta das sistemas locais de saúde? Que efeitos sobre a organização dos serviços e sobre a saúde da população podem ser observados a partir de sua implantação? Em que medida o PSF tem ampliado o acesso da população aos serviços básicos de saúde, quantitativa e qualitativamente, e provocado mudanças na utilização dos serviços e na relação entre os componentes preventivo e curativo, ambulatorial e hospitalar, básico e especializado? Que impacto epidemiológico tem produzido?

A produção do conhecimento científico buscando responder a questões desta natureza permitirá avaliar em que medida a implantação desta estratégia contribui para reversão da lógica da organização da atenção à saúde, vale dizer, do modelo assistencial, possibilidade esta condicionada ao modo de operar o Programa de Saúde da Família, de forma a originar novas práticas de atenção à saúde.

## Referências bibliográficas

1. CAPISTRANO FILHO, D. O programa de Saúde da Família em São Paulo. *Estudos Avançados*, 13(35):89-100, 1999.
2. MENDES (org.) *Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema único de Saúde*. HUCITEC/ABRASCO, São Paulo-Rio de Janeiro, 1993.
3. MENDES, E. V. *Uma agenda para a Saúde*, HUCITEC, São Paulo, 1996, 300 p.
4. PAIM, J. & TEIXEIRA, M. Reorganização do Sistema de Vigilância Epidemiológica na perspectiva do Sistema Único de Saúde (SUS). *Informe Epidemiológico do SUS*, 5:27-57, 1992.
5. PAIM, J. A Reforma Sanitária e os Modelos Assistenciais. In: ROUQUAYROL, MZ & ALMEIDA FILHO, N. *Epidemiologia & Saúde*. 5ª ed. Rio de Janeiro, MEDSI, 1999.
6. SANTOS, RMB. *Projeto Qualidade Integral em Saúde (Qualis): relato de uma experiência. (abril de 1996 a junho de 1999)*. São Paulo, s.n. 2001;
7. SOUZA, CM de & GIANLUPPI, MVP. Implantação do Programa de Saúde da Família no estado de Roraima. *Revista Bras. Enfermagem*, 53(n.esp.):71-75, 2000.
8. VIANNA, AL e Dal PÓZ, MR. Reforma de saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família: a experiência de Cotia (SP). *Estudos em Saúde Coletiva*, 161. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 1998a.
9. VIANNA, AL e Dal PÓZ, MR. Reforma de saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família: a experiência de Baturité. *Estudos em Saúde Coletiva*, 162. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 1998b.

10. VIANNA, AL e Dal PÓZ, MR. Reforma de saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família: a experiência de Barbacena. *Estudos em Saúde Coletiva*, 163. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 1998c.
11. VIANNA, AL e Dal PÓZ, MR. Reforma de saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família: a experiência de Cocal do Sul. *Estudos em Saúde Coletiva*, 164. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 1998d.
12. VIANNA, AL e Dal PÓZ, MR. Reforma de saúde no Brasil: Programa de Saúde da Família: a experiência de Olinda e Trindade. *Estudos em Saúde Coletiva*, 165. Rio de Janeiro, UERJ/IMS, 1998e

# **Tabelas e gráficos**

**Tabela 1**

Número de municípios brasileiros e número e percentual daqueles que implantaram o Programa de Saúde da Família até 2001, segundo região e estado, Brasil, 2001

Região e estado	N.º de municípios em 2001	Municípios que implantaram o PSF até 2001	
		N.º	%
<b>BRASIL</b>	5.561	3.902	70,2
<b>NORTE</b>	449	316	70,4
Acre	22	17	77,3
Amapá	16	02	12,5
Amazonas	62	46	74,2
Pará	143	78	54,5
Rondônia	52	51	98,1
Roraima	15	10	66,7
Tocantins	139	112	80,6
<b>NORDESTE</b>	1.792	1.331	74,3
Alagoas	102	102	100,0
Bahia	417	145	34,8
Ceará	184	184	100,0
Maranhão	217	102	47,0
Paraíba	223	201	90,1
Pernambuco	185	173	93,5
Piauí	222	215	96,8
Rio Grande do Norte	167	143	85,6
Sergipe	75	66	88,0
<b>SUDESTE</b>	1.668	1.159	69,5
Espírito Santo	78	59	75,6
Minas Gerais	853	642	75,3
Rio de Janeiro	92	76	82,6
São Paulo	645	382	59,2
<b>SUL</b>	1.189	709	59,6
Paraná	399	300	75,2
Rio Grande do Sul	497	176	35,4
Santa Catarina	293	233	79,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	463	387	83,6
Distrito Federal	1	01	100,0
Goiás	246	214	87,0
Mato Grosso	139	118	84,9
Mato Grosso do Sul	77	54	70,1

**Tabela 2**

Número e percentual dos municípios segundo região, estado e ano de implantação do Programa de Saúde da Família, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	até 1998		1999		2000		2001	
	N.º	% acumulado	N.º	% acumulado	N.º	% acumulado	N.º	% acumulado
<b>BRASIL</b>	1.134	20,6	621	31,9	1.171	53,1	976	70,2
<b>NORTE</b>	92	20,5	119	47,0	53	58,8	52	70,4
Acre	05	22,7	09	63,6	02	72,7	01	77,3
Amapá	00	0,0	02	12,5	00	12,5	00	12,5
Amazonas	01	1,6	19	32,3	13	53,2	13	74,2
Pará	19	13,3	23	29,4	24	46,2	12	54,5
Rondônia	06	11,5	39	86,5	05	96,2	01	98,1
Roraima	00	0,0	02	13,3	03	33,3	05	66,7
Tocantins	61	43,9	25	61,9	06	66,2	20	80,6
<b>NORDESTE</b>	391	21,9	263	36,6	367	57,1	310	74,3
Alagoas	76	75,2	14	89,1	01	99,0	02	100,0
Bahia	16	3,9	13	7,0	37	15,9	79	34,8
Ceará	149	81,0	20	91,8	06	95,1	09	100,0
Maranhão	01	0,5	17	8,3	31	22,6	53	47,0
Paraíba	21	9,4	16	16,6	107	64,6	57	90,1
Pernambuco	70	37,8	36	57,3	43	80,5	24	93,5
Piauí	16	7,2	106	55,2	74	88,7	19	96,8
Rio Grande do Norte	20	12,0	30	30,1	37	52,4	56	85,6
Sergipe	22	29,3	11	44,0	22	73,3	11	88,0
<b>SUDESTE</b>	496	29,8	128	37,5	298	55,3	237	69,5
Espírito Santo	15	19,5	04	24,7	22	53,2	18	75,6
Minas Gerais	382	44,8	65	52,4	84	62,3	111	75,3
Rio de Janeiro	20	22,0	18	41,8	22	65,9	16	82,6
São Paulo	79	12,2	41	18,6	170	45,0	92	59,2
<b>SUL</b>	125	10,8	73	17,1	283	41,5	228	59,6
Paraná	69	17,3	29	24,6	126	56,1	76	75,2
Rio Grande do Sul	21	4,5	12	7,1	72	22,5	71	35,4
Santa Catarina	35	11,9	32	22,9	85	51,9	81	79,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	30	6,4	38	15,2	170	53,4	149	83,6
Distrito Federal	01	100,0	00	100,0	00	100,0	00	100,0
Goiás	04	1,7	24	11,6	99	52,5	87	87,0
Mato Grosso	17	13,5	07	19,0	51	59,5	43	84,9
Mato Grosso do Sul	08	10,4	07	19,5	20	45,5	19	70,1



**Tabela 3**

Número de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família e percentual segundo ano de implantação e cobertura populacional, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	N.º de municípios que implantaram o PSF	Cobertura populacional (%)			
		< 20,0	20,0 – 39,9	40,0 – 69,9	≥ 70,0
1998	1134	24,3	23,4	28,3	24,0
1999	621	22,7	24,6	23,0	29,6
2000	1171	14,7	13,4	22,5	49,4
2001	976	7,5	10,9	21,6	60,0
Total	3902	17,0	17,5	24,0	41,5

**Tabela 4**

Número total de municípios em 2001, número e percentual daqueles que implantaram o Programa de Saúde da Família (total e por ano de implantação) por porte populacional, Brasil, 1998 – 2001

Porte populacional	Número total de Municípios	Número e percentual de municípios que Implantaram o PSF no Período		Ano							
				1998		1999		2000		2001	
				N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
< 5.000	1374	994	72,3	188	13,3	164	11,7	348	26,2	294	21,4
5.000 – 9.999	1323	911	68,9	224	17,2	139	10,6	279	21,3	269	20,3
10.000 – 49.999	2331	1594	68,4	533	23,2	251	11,0	451	19,2	359	15,4
50.000-99.999	307	229	74,6	91	32,5	46	16,2	51	16,9	41	13,4
100.000-499.9999	194	146	75,3	81	44,5	18	9,6	35	18,1	12	6,2
> 500.000	32	28	87,5	17	58,6	3	10,3	7	22,6	1	3,2
Total	5561	3.902	70,1	1.134	20,6	621	11,3	1.171	21,3	976	17,5

**Tabela 5**

Percentual dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por estado e porte populacional, Brasil, 1998

Região e Estado	Porte populacional					
	<5.000	5.000-9.999	10.000-49.999	50.000-99.999	100.000-499.999	>500.000
<b>NORTE</b>	19,8	26,8	12,1	37,5	66,7	100,0
Acre	-	33,3	12,5	100,0	100,0	*
Amapá	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	*	100,0
Pará	-	-	7,2	46,2	83,3	100,0
Rondônia	-	-	14,8	33,3	100,0	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Tocantins	27,7	68,6	66,7	100,0	50,0	*
<b>NORDESTE</b>	6,9	15,0	25,9	35,1	64,7	66,7
Alagoas	14,2	64,0	84,1	100,0	100,0	100,0
Bahia	-	3,63	1,91	8,0	54,5	-
Ceará	50,0	68,9	82,6	93,7	100,0	-
Maranhão	-	-	-	-	-	100,0
Paraíba	5,1	3,0	16,9	20,0	100,0	-
Pernambuco	66,6	23,8	35,3	44,4	75,0	100,0
Piauí	2,9	7,4	13,6	-	100,0	100,0
Rio Grande do Norte	13,8	9,3	10,4	-	100,0	100,0
Sergipe	7,1	23,5	36,8	50,0	50,0	*
<b>SUDESTE</b>	25,2	28,0	32,0	33,7	39,4	38,5
Espírito Santo	-	12,5	20,4	25,0	28,6	*
Minas Gerais	37,4	39,3	54,2	54,3	68,4	50,0
Rio de Janeiro	-	25,0	14,6	33,3	33,3	25,0
São Paulo	7,6	6,0	12,2	19,1	32,0	42,9
<b>SUL</b>	6,6	7,2	13,9	25,5	32,4	100,0
Paraná	12,7	12,2	20,3	33,3	40,0	100,0
Rio Grande do Sul	2,5	2,8	4,1	26,0	6,3	100,0
Santa Catarina	8,3	6,3	16,1	10,0	75,0	-
<b>CENTRO-OESTE</b>	2,0	5,4	7,4	25,0	37,5	66,7
Distrito Federal	*	*	*	*	*	100,0
Goiás	1,0	1,8	-	10,0	-	100,0
Mato Grosso	6,5	11,4	14,8	33,3	66,7	*
Mato Grosso do Sul	-	5,0	9,5	66,6	100,0	-

\* Não há município desse porte populacional no estado.

**Tabela 6**

Percentual dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família do total de municípios por estado e porte populacional, Brasil, 1999

Estado	Porte populacional					
	<5.000	5.000-9.999	10.000-49.999	50.000-99.999	100.000-499.999	>500.000
<b>NORTE</b>	17,5	25,5	30,8	36,0	33,3	-
Acre	16,7	50,0	62,5	-	-	*
Amapá	-	-	-	100,0	100,0	*
Amazonas	-	18,2	32,5	60,0	*	-
Pará	-	9,5	17,9	21,4	16,7	-
Rondônia	85,7	84,6	71,4	66,7	-	-
Roraima	-	-	33,3	*	100,0	*
Tocantins	15,9	19,4	22,2	-	50,0	*
<b>NORDESTE</b>	23,1	18,1	10,8	16,1	8,8	22,2
Alagoas	50,0	20,8	7,9	-	-	-
Bahia	-	-	3,2	8,0	9,1	-
Ceará	50,0	17,2	9,1	6,3	-	100,0
Maranhão	-	5,3	7,0	30,8	25,0	-
Paraíba	2,6	7,7	11,1	-	-	100,0
Pernambuco	-	28,6	18,9	21,0	12,5	-
Piauí	41,7	46,4	63,6	100,0	-	-
Rio Grande do Norte	19,0	24,1	10,4	25,0	-	-
Sergipe	42,9	11,1	8,1	-	-	*
<b>SUDESTE</b>	8,9	5,0	7,5	14,3	8,2	7,7
Espírito Santo	-	-	6,3	-	14,3	*
Minas Gerais	9,7	6,3	5,5	22,2	-	-
Rio de Janeiro	-	8,3	20,8	18,2	31,3	-
São Paulo	7,7	3,5	7,2	8,5	3,6	14,3
<b>SUL</b>	7,4	5,0	5,8	11,8	2,9	-
Paraná	7,8	7,0	6,5	16,7	-	-
Rio Grande do Sul	2,5	-	3,3	8,3	6,3	-
Santa Catarina	15,9	8,8	8,0	11,1	-	*
<b>CENTRO-OESTE</b>	4,8	7,1	11,9	11,8	25,0	-
Distrito Federal	*	*	*	*	*	-
Goiás	5,7	8,8	14,1	18,2	50,0	-
Mato Grosso	3,2	5,7	7,4	-	-	*
Mato Grosso do Sul	-	4,8	14,6	-	-	-

\* Não há município desse porte populacional no estado.

**Tabela 7**

Percentual dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família do total de municípios por estado e porte populacional Brasil, 2000

Estado	Porte populacional					
	<5.000	5.000-9.999	10.000-49.999	50.000-99.999	100.000-499.999	>500.000
<b>NORTE</b>	8,2	9,9	14,7	13,8	-	-
Acre	-	14,3	10,0	-	-	*
Amapá	-	-	-	-	-	*
Amazonas	-	22,2	21,3	20,0	*	-
Pará	33,3	26,7	15,7	17,6	-	-
Rondônia	20,0	-	12,9	-	-	*
Roraima	*	22,2	25,0	*	-	*
Tocantins	7,5	-	-	-	-	*
<b>NORDESTE</b>	37,5	22,0	16,6	10,3	18,9	11,1
Alagoas	33,3	13,0	7,0	-	-	-
Bahia	37,5	4,8	9,1	-	18,2	100,0
Ceará	-	6,7	3,1	-	-	-
Maranhão	11,1	4,0	17,0	9,1	60,0	-
Paraíba	47,4	47,8	48,6	80,0	-	-
Pernambuco	33,3	21,0	25,8	14,3	12,5	-
Piauí	41,9	33,8	20,4	-	-	-
Rio Grande do Norte	24,1	20,0	24,0	25,0	-	-
Sergipe	27,3	30,0	28,9	25,0	50,0	*
<b>SUDESTE</b>	18,3	16,4	17,4	20,8	19,4	33,3
Espírito Santo	100,0	38,5	28,8	25,0	-	*
Minas Gerais	8,8	11,7	9,7	8,1	5,0	-
Rio de Janeiro	-	33,3	18,4	36,4	23,5	50,0
São Paulo	31,1	23,5	23,9	25,9	25,9	37,5
<b>SUL</b>	26,1	24,4	24,3	17,3	18,9	-
Paraná	36,8	33,9	28,1	22,2	27,3	-
Rio Grande do Sul	19,6	13,6	11,6	12,0	12,5	-
Santa Catarina	28,3	25,0	34,8	22,2	20,0	-
<b>CENTRO-OESTE</b>	42,0	37,6	36,4	35,3	22,2	33,3
Distrito Federal	*	*	*	*	*	-
Goiás	41,3	45,5	35,8	50,0	40,0	-
Mato Grosso	48,4	32,4	46,3	-	-	*
Mato Grosso do Sul	25,0	25,0	25,0	33,3	-	100,0

\* Não há município desse porte populacional no estado.

**Tabela 8**

Percentual dos municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família do total de municípios por estado e porte populacional, Brasil, 2001

Estado	Porte populacional					
	<5.000	5.000-9.999	10.000-49.999	50.000-99.999	100.000-499.999	>500.000
<b>NORTE</b>	18,2	8,7	11,3	6,5	-	-
Acre	-	14,3	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	*
Amazonas	-	9,1	26,7	-	-	-
Pará	-	13,3	9,0	5,3	-	-
Rondônia	-	-	-	25,0	-	-
Roraima	*	30,0	50,0	*	-	*
Tocantins	22,0	2,9	5,3	-	-	*
<b>NORDESTE</b>	22,0	19,2	15,9	18,6	2,6	-
Alagoas	-	-	3,1	-	-	-
Bahia	25,0	22,6	17,5	36,0	-	-
Ceará	-	6,7	5,5	-	-	-
Maranhão	20,0	22,4	25,5	27,3	20,0	-
Paraíba	32,3	27,5	18,3	-	-	-
Pernambuco	-	15,8	13,7	13,6	-	-
Piauí	9,7	12,0	2,0	-	-	-
Rio Grande do Norte	33,3	32,1	36,0	50,0	-	-
Sergipe	9,1	10,0	18,4	25,0	-	*
<b>SUDESTE</b>	15,7	18,0	12,8	10,2	6,1	6,3
Espírito Santo	-	23,1	24,5	25,0	14,3	*
Minas Gerais	15,9	17,3	9,1	-	-	-
Rio de Janeiro	-	44,4	20,8	-	5,5	25,0
São Paulo	15,7	17,3	12,8	18,5	7,5	-
<b>SUL</b>	23,3	24,1	12,8	9,3	8,1	-
Paraná	21,6	23,5	15,8	10,5	9,1	-
Rio Grande do Sul	22,5	12,6	2,6	8,0	6,3	-
Santa Catarina	26,7	41,6	20,9	10,0	10,0	-
<b>CENTRO-OESTE</b>	32,7	32,1	33,3	27,8	22,2	-
Distrito Federal	*	*	*	*	*	-
Goiás	38,7	26,3	40,9	27,3	20,0	-
Mato Grosso	16,7	42,9	32,7	50,0	33,3	*
Mato Grosso do Sul	37,5	30,0	22,7	-	-	-

\* Não há município desse porte populacional no estado.

**Tabela 9**

Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por ano de implantação, porte populacional e cobertura populacional, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	Porte populacional	Cobertura populacional (%)			
		< 20,0	20,0 – 39,9	40,0 – 69,	≥ 70,0
1998	< 5.000	-	-	2,1	97,9
	5.000 – 9.999	-	11,6	71,4	17,0
	10.000 – 49.999	25,9	39,2	25,7	9,2
	50.000-99.999	63,7	19,8	15,4	1,1
	100.000 - 499.9999	81,5	12,3	6,2	-
	> 500.000	82,4	11,8	5,9	-
1999	< 5.000	-	-	3,0	97,0
	5.000 – 9.999	-	16,5	71,9	11,5
	10.000 – 49.999	33,1	49,0	14,7	3,2
	50.000-99.999	84,8	10,9	2,2	2,2
	100.000 - 499.9999	88,9	11,1	-	-
	> 500.000	100,0	-	-	-
2000	< 5.000	-	-	1,1	98,9
	5.000 – 9.999	-	7,9	49,5	42,7
	10.000 – 49.999	24,2	26,2	24,8	24,8
	50.000-99.999	51,0	29,4	15,7	3,9
	100.000 - 499.9999	85,7	5,7	2,9	5,7
	> 500.000	100,0	-	-	-
2001	< 5.000	-	-	1,0	99,0
	5.000 – 9.999	-	45,0	37,9	57,6
	10.000 – 49.999	13,1	23,1	26,7	37,0
	50.000-99.999	46,3	19,5	19,5	14,6
	100.000 - 499.9999	58,3	25,0	8,3	8,3
	> 500.000	-	-	100,0	-

**Tabela 10**

Número e percentual de municípios das regiões metropolitanas que implantaram o Programa de Saúde da Família segundo ano de implantação, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	N.º	% *
1998	104	26,7
1999	36	9,2
2000	87	22,3
2001	46	11,8
Total	273	70,0

\* Em relação ao total de municípios das regiões metropolitanas no ano 2000.



**Tabela 11**

Evolução da cobertura populacional do Programa de Saúde da Família nas regiões metropolitanas, Brasil, 1998 – 2001

Região metropolitana	Ano			
	1998	1999	2000	2001
Belém	0,8	2,7	6,3	18,9
São Luís	3,5	4,1	6,4	14,1
Fortaleza	7,3	16,4	22,5	29,9
Natal	3,9	8,8	11,2	28,8
Recife	11,6	14,0	23,2	33,4
Maceió	22,3	21,7	35,6	37,8
Salvador	0,6	1,9	4,6	4,9
Belo horizonte	7,6	13,0	16,5	17,4
Belo Horizonte - Colar metropolitano	6,1	7,4	13,2	15,1
Vale do aço	1,8	2,7	3,5	4,2
Vale do Aço – Colar metropolitano	15,4	19,9	14,8	48,5
Vitória	1,3	1,3	8,7	10,4
Rio de janeiro	0,5	0,6	6,1	11,2
São Paulo	0,5	0,8	5,4	5,7
Baixada Santista	0,8	0,5	2,8	5,5
Campinas	1,1	1,4	1,8	17,2
Curitiba	9,5	9,7	15,7	19,1
Londrina	3,9	4,3	20,2	69,0
Maringá	2,3	3,0	43,7	42,7
Florianópolis	3,4	14,1	21,4	40,6
Florianópolis – Área de expansão	-	6,8	106,5	118,4
Vale do Itajaí	19,5	20,0	28,5	41,3
Vale do Itajaí – Área de expansão	4,5	4,4	10,9	29,9
Norte/Nordeste Catarinense	11,8	17,7	17,5	17,1
Norte/Nordeste Catarinense – Área de expansão	2,5	2,4	5,3	11,9
Porto Alegre	3,9	3,6	4,1	5,6
Goiânia	1,6	14,0	24,0	35,0
Entorno de Brasília	35,0	16,8	15,8	19,9

**Tabela 12**  
Evolução da cobertura populacional dos principais municípios das regiões metropolitanas,  
Brasil, 1998 – 2001

Sede da região metropolitana	Ano			
	1998	1999	2000	2001
Belém	0,6	1,7	5,9	16,4
São Luiz	4,2	4,1	4,0	3,9
Fortaleza	-	8,2	15,6	16,0
Natal	4,6	9,5	9,2	9,1
Recife	6,1	6,0	6,6	25,5
Maceió	23,4	21,1	24,2	24,1
Salvador	-	-	1,6	1,9
Vitória	6,4	6,4	36,6	45,5
Rio de Janeiro	-	-	1,3	1,1
Campinas	1,1	1,1	-	35,1
Santos	-	-	0,8	0,8
São Paulo	-	-	5,3	6,7
Curitiba	13,1	9,2	15,9	20,9
Londrina	3,2	3,2	3,1	68,3
Maringá	-	-	68,1	59,8
Blumenau	30,2	29,7	27,7	32,2
Florianópolis	7,4	28,2	29,2	33,3
Joinville	12,4	18,5	18,5	17,8
Porto Alegre	7,7	7,6	7,4	8,8
Goiânia	2,3	17,0	21,8	31,0
Brasília	49,7	21,2	10,1	9,7

**Tabela 13**

Número de municípios que implantaram o PSF e número e percentual segundo ano de implantação e nível de urbanização, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	Total de municípios que implantaram o PSF	Nível de urbanização							
		Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1998	1.134	191	16,8	298	26,3	284	25,0	361	31,8
1999	610	156	25,6	162	26,6	163	26,7	129	21,1
2000	1.158	273	23,6	279	24,1	303	26,2	303	26,2
2001	972	246	25,3	261	26,9	275	28,3	190	19,5
Total	3.874	866	22,3	1.000	25,8	1.025	26,5	983	25,4

**Tabela 14**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de urbanização, segundo região e estado, Brasil, 1998

Região e estado	Nível de urbanização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	09	6,4	24	16,0	25	26,3	34	54,8
Acre	01	12,5	02	18,2	01	50,0	01	100,0
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	01	100,0
Pará	01	1,6	03	7,3	08	30,0	07	50,0
Rondônia	-	-	01	7,1	01	12,5	04	67,0
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	07	36,8	18	34,6	15	42,9	21	63,6
<b>NORDESTE</b>	98	16,0	142	24,0	91	23,2	60	32,6
Alagoas	24	68,6	20	69,0	19	82,6	13	86,7
Bahia	01	0,6	02	1,7	07	8,1	06	14,3
Ceará	33	75,0	75	82,4	30	88,2	11	84,6
Maranhão	-	-	-	-	-	-	01	6,3
Paraíba	02	2,8	04	5,3	10	18,2	05	26,3
Pernambuco	20	43,0	18	31,6	16	34,0	16	53,3
Piauí	05	4,6	08	11,8	01	2,9	02	22,2
Rio Grande do Norte	06	20,7	04	8,0	05	8,6	05	17,2
Sergipe	07	43,8	11	33,3	03	21,4	01	9,1
<b>SUDESTE</b>	68	39,5	104	34,5	126	26,9	198	28,8
Espírito Santo	04	22,2	03	12,5	04	20,0	04	26,7
Minas Gerais	56	41,2	96	43,4	109	41,3	121	52,6
Rio de Janeiro	01	25,0	02	20,0	01	5,0	16	34,8
São Paulo	07	50,0	03	6,5	12	7,3	57	14,4
<b>SUL</b>	15	3,7	25	9,7	31	13,1	54	18,9
Paraná	06	8,6	16	16,5	18	15,4	29	25,4
Rio Grande do Sul	02	0,9	03	3,0	04	5,7	12	11,3
Santa Catarina	07	6,1	06	9,8	09	18,0	13	20,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	01	2,0	03	4,1	11	6,0	15	9,6
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	01	100,0
Goiás	-	-	-	-	02	1,9	02	2,1
Mato Grosso	01	3,2	02	6,9	06	13,3	08	23,5
Mato Grosso do Sul	-	-	01	6,3	03	9,4	04	16,0

**Tabela 15**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de urbanização, segundo região e estado, Brasil, 1999

Região e estado	Nível de urbanização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	35	24,8	42	27,8	28	29,5	14	22,6
Acre	03	37,5	06	54,5	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	02	33,3
Amazonas	03	15,0	10	40,0	06	37,5	-	-
Pará	06	9,8	07	17,1	09	33,3	01	7,1
Rondônia	21	87,5	10	71,4	06	75,0	02	33,3
Roraima	01	14,3	-	-	-	-	01	100,0
Tocantins	01	5,3	09	17,3	07	20,0	08	24,2
<b>NORDESTE</b>	84	13,7	82	13,9	62	15,8	32	17,4
Alagoas	07	20,0	04	13,8	03	13,0	-	-
Bahia	02	1,2	03	2,5	03	3,5	05	11,9
Ceará	05	11,4	10	11,0	02	5,9	02	15,4
Maranhão	07	7,7	04	5,8	04	9,8	02	12,5
Paraíba	04	5,6	06	8,0	05	9,1	-	-
Pernambuco	09	19,1	06	10,5	10	21,3	10	33,3
Piauí	44	40,0	35	51,5	22	62,9	05	55,6
Rio Grande do Norte	05	17,2	08	16,0	10	17,2	07	24,1
Sergipe	01	6,3	06	18,2	03	21,4	01	9,1
<b>SUDESTE</b>	14	8,1	24	8,0	39	8,3	44	6,4
Espírito Santo	02	11,1	-	-	01	5,0	01	6,7
Minas Gerais	10	7,4	17	7,7	22	8,3	15	6,5
Rio de Janeiro	01	25,0	01	10,0	05	25,0	07	15,2
São Paulo	01	7,1	06	13,0	11	6,7	21	5,3
<b>SUL</b>	23	5,7	10	3,9	15	6,3	25	8,8
Paraná	02	2,9	04	4,1	11	9,4	12	10,5
Rio Grande do Sul	04	1,8	01	1,0	01	1,4	06	5,7
Santa Catarina	17	14,8	05	8,2	03	6,0	07	10,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	-	-	04	5,5	19	10,4	14	9,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	-	-	04	14,3	09	8,6	10	10,4
Mato Grosso	-	-	-	-	04	8,9	03	8,8
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	06	18,8	01	4,0

**Tabela 16**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de urbanização, segundo região e estado, Brasil, 2000

Região e estado	Nível de urbanização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	20	14,2	19	12,6	13	13,7	01	1,6
Acre	01	12,5	01	9,1	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	05	25,0	04	16,0	04	25,0	-	-
Pará	08	13,1	10	24,4	05	18,5	01	7,1
Rondônia	03	12,5	01	7,1	01	12,5	-	-
Roraima	02	28,6	-	-	01	25,0	-	-
Tocantins	01	5,3	03	5,8	02	5,7	-	-
<b>NORDESTE</b>	130	21,2	132	22,3	69	17,6	36	19,6
Alagoas	03	8,6	04	13,8	01	4,3	02	13,3
Bahia	08	4,8	15	12,5	06	7,0	08	19,0
Ceará	03	6,8	03	3,3	-	-	-	-
Maranhão	09	9,9	16	23,2	04	9,8	02	12,5
Paraíba	37	51,4	37	49,3	23	41,8	10	52,6
Pernambuco	10	21,3	19	33,3	11	23,4	03	10,0
Piauí	46	41,8	18	26,5	09	25,7	01	11,1
Rio Grande do Norte	09	31,0	13	26,0	12	20,7	03	10,3
Sergipe	05	31,3	07	21,2	03	21,4	07	63,6
<b>SUDESTE</b>	23	13,4	44	14,6	88	19,0	132	19,2
Espírito Santo	04	22,2	10	41,7	06	30,0	02	13,3
Minas Gerais	11	8,0	18	8,1	37	14,0	18	7,8
Rio de Janeiro	-	-	01	10,0	06	30,0	09	19,6
São Paulo	08	57,1	15	32,6	39	23,8	103	26,0
<b>SUL</b>	86	21,3	60	23,2	64	27,0	71	24,9
Paraná	20	28,6	30	31,0	35	30,0	41	36,0
Rio Grande do Sul	31	14,2	16	15,8	11	15,7	14	13,2
Santa Catarina	35	30,4	14	22,9	18	36,0	16	24,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	14	27,5	24	33,0	69	38,0	63	40,4
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	05	31,3	11	39,3	44	41,9	39	40,6
Mato Grosso	09	29,0	08	27,6	20	44,4	14	41,2
Mato Grosso do Sul	-	-	05	31,3	05	15,6	10	40,0

**Tabela 17**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de urbanização, segundo região e estado, Brasil, 2001

Região e estado	Nível de urbanização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	13	9,2	23	15,2	14	14,7	02	3,2
Acre	01	12,5	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	04	20,0	07	28,0	02	12,5	-	-
Pará	05	8,2	04	9,8	02	12,5	01	-
Rondônia	-	-	01	7,1	-	-	-	-
Roraima	-	-	03	100,0	02	50,0	-	-
Tocantins	03	15,8	08	15,4	08	22,9	01	3,3
<b>NORDESTE</b>	104	17,0	90	15,2	90	23,0	25	13,6
Alagoas	01	2,9	01	3,4	-	-	-	-
Bahia	33	19,6	22	18,3	19	22,1	05	11,9
Ceará	03	6,8	03	3,3	02	5,9	-	-
Maranhão	17	18,7	14	20,3	18	43,9	04	25,0
Paraíba	22	30,6	16	21,3	15	27,3	04	21,1
Pernambuco	07	14,9	08	14,0	08	17,0	01	3,3
Piauí	11	10,0	05	7,4	02	5,7	01	11,1
Rio Grande do Norte	07	24,1	18	36,0	22	38,0	09	31,0
Sergipe	03	18,8	03	9,1	04	28,6	01	9,1
<b>SUDESTE</b>	27	15,7	50	16,6	70	15,0	87	12,6
Espírito Santo	04	22,2	06	25,0	06	30,0	02	13,3
Minas Gerais	19	14,0	35	15,8	30	11,4	27	11,7
Rio de Janeiro	01	25,0	03	30,0	04	20,0	07	15,2
São Paulo	03	21,4	06	13,0	30	18,3	51	12,9
<b>SUL</b>	85	21,1	66	25,5	43	18,1	34	11,9
Paraná	14	20,0	24	24,7	22	18,8	16	14,0
Rio Grande do Sul	38	17,4	18	17,8	08	11,4	07	6,6
Santa Catarina	33	28,7	24	39,3	13	26,0	11	16,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	17	33,3	32	43,8	58	31,9	42	27,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	09	56,3	11	39,3	37	35,2	30	31,3
Mato Grosso	07	22,6	16	55,2	12	26,7	08	23,5
Mato Grosso do Sul	01	25,0	05	31,3	09	28,1	04	16,0

**Tabela 18**

Número de municípios que implantaram o PSF e número e percentual segundo ano de implantação e nível de alfabetização, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	Total de municípios que implantaram o PSF	Nível de alfabetização							
		Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1998	1.134	295	26,0	310	27,3	272	24,0	257	22,7
1999	621	222	35,7	174	28,0	138	22,2	87	14,0
2000	1171	266	22,7	276	23,6	348	29,7	281	24,0
2001	976	237	24,3	245	25,1	271	27,8	223	22,8
Total	3902	1020	26,1	1005	25,8	1029	26,4	848	21,7



**Tabela 19**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de alfabetização, segundo região e estado, Brasil, 1998

Região e estado	Nível de alfabetização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	13	10,0	61	22,3	15	35,7	03	100,0
Acre	03	18,8	02	33,3	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	01	100,0	-	-
Pará	03	6,0	11	13,1	03	42,9	02	100,0
Rondônia	-	-	01	3,3	05	22,7	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	07	29,2	47	45,2	06	60,0	01	100,0
<b>NORDESTE</b>	267	22,8	108	18,5	11	34,4	05	62,5
Alagoas	69	72,6	07	100,0	-	-	-	-
Bahia	03	1,7	10	5,8	03	20,0	-	-
Ceará	115	78,2	34	94,4	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	01	100,0
Paraíba	08	5,4	11	15,7	02	40,0	-	-
Pernambuco	44	35,8	20	36,4	03	100,0	03	75,0
Piauí	09	5,0	06	14,6	01	100,0	-	-
Rio Grande do Norte	06	6,3	12	19,9	02	50,0	-	-
Sergipe	13	26,5	08	32,0	-	-	01	100,0
<b>SUDESTE</b>	15	33,3	128	41,7	191	28,2	162	25,4
Espírito Santo	-	-	-	-	09	22,5	06	50,0
Minas Gerais	15	34,9	128	48,1	155	44,0	84	43,8
Rio de Janeiro	-	-	-	-	06	13,0	14	33,3
São Paulo	-	-	-	-	21	8,8	58	14,8
<b>SUL</b>	-	-	07	7,8	43	11,4	75	10,8
Paraná	-	-	05	7,1	36	17,4	28	23,0
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	02	2,1	19	5,3
Santa Catarina	-	-	02	22,2	05	6,8	28	13,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	-	-	06	4,5	12	4,6	12	25,0
Distrito Federal	-	-	-	-	00	-	01	100,0
Goiás	-	-	-	-	01	0,7	03	8,8
Mato Grosso	-	-	05	9,8	07	10,4	05	62,5
Mato Grosso do Sul	-	-	01	4,2	04	8,5	03	60,0

**Tabela 20**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de alfabetização, segundo região e estado, Brasil, 1999

Região e estado	Nível de alfabetização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	22	16,9	76	27,7	21	50,0	-	-
Acre	07	43,8	02	33,3	-	-	-	-
Amapá	-	-	01	7,7	01	100,0	-	-
Amazonas	09	25,0	10	40,0	-	-	-	-
Pará	04	8,0	18	21,4	01	14,3	-	-
Rondônia	-	-	25	83,3	14	63,6	-	-
Roraima	-	-	01	8,3	01	100,0	-	-
Tocantins	02	8,3	19	18,3	04	40,0	-	-
<b>NORDESTE</b>	195	16,7	62	10,6	05	15,6	01	12,5
Alagoas	14	14,7	-	-	-	-	-	-
Bahia	02	11,2	10	4,4	01	6,7	-	-
Ceará	19	12,9	-	-	01	100,0	-	-
Maranhão	14	8,8	02	3,7	01	33,3	-	-
Paraíba	11	7,4	04	5,7	01	20,0	-	-
Pernambuco	22	17,9	13	23,6	-	-	01	25,0
Piauí	87	48,3	19	46,3	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	17	17,7	12	17,9	01	25,0	-	-
Sergipe	09	18,4	02	8,0	-	-	-	-
<b>SUDESTE</b>	05	11,1	22	7,2	55	8,1	46	7,2
Espírito Santo	-	-	02	8,0	01	2,5	01	8,3
Minas Gerais	05	11,6	18	6,8	27	7,7	15	7,8
Rio de Janeiro	-	-	01	33,3	09	19,6	08	19,0
São Paulo	-	-	01	7,7	18	7,5	22	5,6
<b>SUL</b>	-	-	06	6,7	34	9,0	33	4,8
Paraná	-	-	04	5,7	16	7,7	09	7,4
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	03	3,1	09	2,5
Santa Catarina	-	-	02	22,2	15	20,5	15	7,1
<b>CENTRO-OESTE</b>	-	-	08	6,0	23	8,8	07	14,6
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	-	-	04	6,8	14	9,5	06	17,6
Mato Grosso	-	-	02	3,9	04	6,0	01	12,5
Mato Grosso do Sul	-	-	02	8,3	05	10,6	-	-

**Tabela 21**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de alfabetização, segundo região e estado, Brasil, 2000

Região e estado	Nível de alfabetização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	17	13,0	33	12,0	03	7,1	-	-
Acre	02	12,5	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	07	19,4	06	24,0	-	-	-	-
Pará	06	12,0	17	20,2	01	14,3	-	-
Rondônia	-	-	03	10,0	02	9,1	-	-
Roraima	01	50,0	02	16,7	-	-	-	-
Tocantins	01	4,2	05	4,8	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	244	20,9	112	19,2	09	28,1	02	25,0
Alagoas	10	1,1	-	-	-	-	-	-
Bahia	06	3,5	25	11,0	04	26,7	02	100,0
Ceará	05	3,4	01	2,8	-	-	-	-
Maranhão	21	13,2	08	14,8	02	66,7	-	-
Paraíba	71	48,0	34	48,6	02	40,0	-	-
Pernambuco	32	26,0	11	20,0	-	-	-	-
Piauí	62	34,4	12	29,3	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	25	26,0	11	16,4	01	25,0	-	-
Sergipe	12	24,5	10	40,0	-	-	-	-
<b>SUDESTE</b>	04	8,9	43	14,0	131	19,3	120	18,8
Espírito Santo	-	-	13	52,0	09	22,5	-	-
Minas Gerais	04	9,3	22	8,3	36	10,2	22	11,5
Rio de Janeiro	-	-	01	33,3	10	21,7	11	26,2
São Paulo	-	-	07	53,8	76	31,7	87	22,2
<b>SUL</b>	-	-	30	33,3	103	27,4	150	21,6
Paraná	-	-	26	37,1	69	33,3	31	25,4
Rio Grande do Sul	-	-	03	27,3	11	11,5	58	16,1
Santa Catarina	-	-	01	11,1	23	31,5	61	28,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	01	5,3	58	43,3	102	38,9	09	18,6
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	01	20,0	29	49,2	63	42,6	06	17,6
Mato Grosso	-	-	24	47,0	26	38,8	01	12,5
Mato Grosso do Sul	-	-	05	20,8	13	27,7	02	40,0

**Tabela 22**

Número e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por nível de alfabetização, segundo região e estado, Brasil, 2001

Região e estado	Nível de alfabetização							
	Baixo		Médio		Médio-alto		Alto	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
<b>NORTE</b>	19	14,6	31	11,3	02	4,8	-	-
Acre	01	6,3	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	09	25,0	04	16,0	-	-	-	-
Pará	04	8,0	07	8,3	01	14,3	-	-
Rondônia	-	-	-	-	01	4,5	-	-
Roraima	-	-	05	41,7	-	-	-	-
Tocantins	05	20,8	15	14,4	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	195	16,7	113	19,4	02	6,3	-	-
Alagoas	02	12,5	-	-	-	-	-	-
Bahia	34	19,8	43	18,9	02	13,3	-	-
Ceará	08	5,4	01	2,8	-	-	-	-
Maranhão	38	23,9	15	27,8	-	-	-	-
Paraíba	41	27,7	46	65,7	-	-	-	-
Pernambuco	15	12,2	09	16,4	-	-	-	-
Piauí	16	8,9	03	7,3	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	33	34,4	23	34,3	-	-	-	-
Sergipe	08	16,3	03	12,0	-	-	-	-
<b>SUDESTE</b>	10	22,2	43	14,0	116	17,1	68	10,7
Espírito Santo	01	100,0	07	28,0	09	22,5	01	8,3
Minas Gerais	09	20,9	34	12,8	54	15,3	14	7,3
Rio de Janeiro	-	-	-	-	11	23,9	05	11,9
São Paulo	-	-	02	15,4	42	17,5	48	12,2
<b>SUL</b>	07	23,3	18	20,0	64	17,0	139	20,0
Paraná	-	-	14	20,0	38	18,4	24	19,7
Rio Grande do Sul	07	23,3	02	18,2	07	7,3	55	15,3
Santa Catarina	-	-	02	22,2	19	26,0	60	28,4
<b>CENTRO-OESTE</b>	06	20,0	40	44,4	87	23,1	16	2,3
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	04	80,0	18	30,5	49	33,1	16	47,0
Mato Grosso	02	15,4	15	29,4	26	38,8	-	-
Mato Grosso do Sul	-	-	07	29,2	12	25,5	-	-

**Tabela 23**

Número de municípios em gestão plena do sistema e número e proporção que implantaram o Programa de Saúde da Família, por região e estado, Brasil, 1999 e 2001

Região e estado	Municípios em gestão plena do sistema (NOB96) em 1999	Municípios em gestão plena do sistema (NOB96) e que implantaram o PSF até 1999		Municípios em gestão plena do sistema (NOB96) em 2001	Municípios em gestão plena do sistema (NOB96) e que implantaram o PSF até 2001	
	No.	No.	%	No.	No.	%
<b>NORTE</b>	<b>47</b>	<b>33</b>	<b>70,2</b>	<b>73</b>	<b>63</b>	<b>86,3</b>
Acre	01	01	100,0	-	-	-
Amapá	-	-	-	01	01	100,0
Amazonas	01	01	100,0	07	06	85,7
Pará	29	15	51,7	44	35	79,5
Rondônia	12	12	100,0	11	11	100,0
Roraima	-	-	-	01	01	100,0
Tocantins	04	04	100,0	09	09	100,0
<b>NORDESTE</b>	<b>99</b>	<b>66</b>	<b>66,7</b>	<b>147</b>	<b>134</b>	<b>91,2</b>
Alagoas	10	10	100,0	15	15	100,0
Bahia	09	06	66,7	19	15	78,9
Ceará	27	27	100,0	29	29	100,0
Maranhão	33	08	24,2	44	35	79,5
Paraíba	03	03	100,0	08	08	100,0
Pernambuco	07	07	100,0	19	19	100,0
Piauí	01	01	100,0	01	01	100,0
Rio Grande do Norte	09	04	44,4	10	10	100,0
Sergipe	-	-	-	02	02	100,0
<b>SUDESTE</b>	<b>262</b>	<b>114</b>	<b>43,5</b>	<b>275</b>	<b>214</b>	<b>77,8</b>
Espírito Santo	34	13	38,2	35	31	88,6
Minas Gerais	52	42	80,8	57	51	89,5
Rio de Janeiro	20	14	70,0	22	22	100,0
São Paulo	156	45	28,9	161	110	68,3
<b>SUL</b>	<b>42</b>	<b>24</b>	<b>57,1</b>	<b>44</b>	<b>37</b>	<b>84,1</b>
Paraná	13	09	69,2	13	13	100,0
Rio Grande do Sul	07	05	71,4	11	07	63,6
Santa Catarina	22	10	45,5	20	17	85,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>20</b>	<b>09</b>	<b>45,0</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>96,0</b>
Goiás	11	05	45,5	15	15	100,0
Mato Grosso	01	01	100,0	01	01	100,0
Mato Grosso do Sul	08	03	37,5	09	08	88,9

**Tabela 24**

Número de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família e número e percentual segundo ano de implantação e número de consultas especializadas por habitante-ano, Brasil, 1998 – 2001

Ano de implantação	Municípios que implantaram o PSF	Número de consultas especializadas por habitante-ano									
		0,0		0,01-0,09		0,10-0,29		0,30-0,49		≥0,50	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1998	1.134	406	37,4	170	15,7	270	24,9	134	12,3	106	9,8
1999	621	344	57,3	44	7,3	64	10,7	44	7,3	104	17,3
2000	1171	687	61,8	109	9,8	142	12,8	84	7,6	89	8,0
2001	976	623	67,6	82	8,9	95	10,3	53	5,7	69	7,5
Total	3902	2060	52,8	405	10,4	571	14,6	315	8,1	368	9,4

**Tabela 25**

Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por número de consultas especializadas por habitante-ano, segundo região e estado, Brasil, 1998

Região e estado	Número de consulta especializadas por habitante-ano				
	0,0	0,01-0,09	0,10-0,29	0,30-0,49	≥0,50
<b>NORTE</b>	48,2	22,4	17,6	8,2	3,5
Acre	60,0	-	40,0	-	-
Amapá	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	100,0	-	-
Pará	47,1	41,2	5,9	5,9	-
Rondônia	20,0	60,0	20,0	-	-
Roraima	-	-	-	-	-
Tocantins	50,9	15,8	17,5	10,5	5,3
<b>NORDESTE</b>	40,7	14,6	30,1	10,6	4,0
Alagoas	76,0	13,3	4,0	6,7	-
Bahia	33,3	20,0	33,3	13,3	-
Ceará	21,8	15,5	48,6	12,0	2,1
Maranhão	-	-	-	100,0	-
Paraíba	28,6	23,8	28,6	4,8	14,3
Pernambuco	19,4	14,9	37,3	19,4	9,0
Piauí	80,0	6,7	6,7	6,7	-
Rio Grande do Norte	63,2	10,5	15,8	-	10,5
Sergipe	81,0	9,5	4,8	-	4,8
<b>SUDESTE</b>	30,7	13,4	23,8	15,9	16,3
Espírito Santo	20,0	26,7	26,7	13,3	13,3
Minas Gerais	36,8	14,5	24,5	14,5	9,7
Rio de Janeiro	-	-	36,8	15,8	47,4
São Paulo	9,6	8,2	16,4	23,3	42,5
<b>SUL</b>	46,6	22,9	16,1	6,8	7,6
Paraná	57,8	23,4	10,9	4,7	3,1
Rio Grande do Sul	20,0	25,0	20,0	20,0	15,0
Santa Catarina	41,2	20,6	23,5	2,9	11,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	37,5	17,9	32,1	10,7	3,6
Distrito Federal	-	-	100,0	-	-
Goiás	50,0	-	50,0	-	-
Mato Grosso	50,0	-	25,0	18,8	6,3
Mato Grosso do Sul	-	71,4	28,6	-	-

**Tabela 26**

Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por número de consultas especializadas por habitante-ano, segundo região e estado, Brasil, 1999

Região e estado	Número de consulta especializadas por habitante-ano				
	0,0	0,01-0,09	0,10-0,29	0,30-0,49	≥0,50
<b>NORTE</b>	69,2	15,4	7,7	3,4	4,3
Acre	44,4	44,4	11,1	-	-
Amapá	-	50,0	-	50,0	-
Amazonas	66,7	22,2	5,6	5,6	-
Pará	72,7	9,1	13,6	-	4,5
Rondônia	84,6	7,7	7,7	-	-
Roraima	50,0	-	-	-	50,0
Tocantins	60,0	16,0	4,0	8,0	12,0
<b>NORDESTE</b>	65,1	5,6	9,9	6,3	13,1
Alagoas	85,7	14,3	-	-	-
Bahia	30,8	15,4	23,1	15,4	15,4
Ceará	31,6	10,5	15,8	26,3	15,8
Maranhão	61,5	7,7	23,1	-	7,7
Paraíba	50,0	-	-	6,3	43,8
Pernambuco	21,9	6,3	9,4	12,5	50,0
Piauí	91,4	2,9	4,8	1,0	-
Rio Grande do Norte	44,8	6,9	24,1	10,3	13,8
Sergipe	90,9	-	9,1	-	-
<b>SUDESTE</b>	34,1	3,2	7,9	14,3	40,5
Espírito Santo	50,0	-	-	-	50,0
Minas Gerais	50,0	1,6	7,8	10,9	29,7
Rio de Janeiro	-	-	16,7	22,2	61,1
São Paulo	22,5	7,5	5,0	17,5	47,5
<b>SUL</b>	59,4	10,1	15,9	5,8	8,7
Paraná	60,7	17,9	14,3	3,6	3,6
Rio Grande do Sul	54,5	9,1	9,1	18,2	9,1
Santa Catarina	60,0	3,3	20,0	3,3	13,3
<b>CENTRO-OESTE</b>	41,7	2,8	25,0	5,6	25,0
Distrito Federal	-	-	-	-	-
Goiás	47,8	4,3	17,4	4,3	26,1
Mato Grosso	57,1	-	28,6	-	14,3
Mato Grosso do Sul	-	-	50,0	16,7	33,3



**Tabela 27**

Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por número de consultas especializadas por habitante-ano, segundo região e estado, Brasil, 2000

Região e estado	Número de consulta especializadas por habitante-ano				
	0,0	0,01-0,09	0,10-0,29	0,30-0,49	≥0,50
<b>NORTE</b>	85,7	4,1	8,2	2,0	-
Acre	100,0	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-
Amazonas	91,7	-	8,3	-	-
Pará	77,3	4,5	13,6	4,5	-
Rondônia	100,0	-	-	-	-
Roraima	66,7	33,3	-	-	-
Tocantins	100,0	-	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	75,5	8,1	9,2	4,0	3,2
Alagoas	100,0	-	-	-	-
Bahia	54,3	2,9	20,0	8,6	14,3
Ceará	40,0	20,0	20,0	20,0	-
Maranhão	63,0	3,7	29,6	3,7	-
Paraíba	86,1	6,9	2,0	4,0	1,0
Pernambuco	43,9	26,8	14,6	9,8	4,9
Piauí	94,5	1,4	4,1	-	-
Rio Grande do Norte	64,7	17,6	8,8	2,9	5,9
Sergipe	86,4	-	9,1	-	4,5
<b>SUDESTE</b>	38,1	10,8	16,8	15,4	18,9
Espírito Santo	15,0	45,0	25,0	10,0	5,0
Minas Gerais	61,3	12,5	11,3	6,3	8,8
Rio de Janeiro	-	-	-	22,7	77,3
São Paulo	34,8	7,3	20,7	19,5	17,7
<b>SUL</b>	69,4	11,6	12,3	3,4	3,4
Paraná	72,9	10,2	10,2	2,5	4,2
Rio Grande do Sul	72,1	11,8	11,8	4,4	-
Santa Catarina	62,2	13,4	15,9	3,7	4,9
<b>CENTRO-OESTE</b>	54,7	10,6	15,5	9,9	9,3
Distrito Federal	-	-	-	-	-
Goiás	57,9	6,3	8,4	12,6	14,7
Mato Grosso	46,9	14,3	30,6	6,1	2,0
Mato Grosso do Sul	58,8	23,5	11,8	5,9	-

**Tabela 28**

Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família por número de consultas especializadas por habitante-ano, segundo região e estado, Brasil, 2001

Região e estado	Número de consulta especializadas por habitante-ano				
	0,0	0,01-0,09	0,10-0,29	0,30-0,49	≥0,50
<b>NORTE</b>	<b>90,2</b>	<b>7,8</b>	<b>2,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Acre	100,0	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-
Amazonas	92,3	7,7	-	-	-
Pará	83,3	8,3	8,3	-	-
Rondônia	100,0	-	-	-	-
Roraima	80,0	20,0	-	-	-
Tocantins	94,7	5,3	-	-	-
<b>NORDESTE</b>	<b>73,1</b>	<b>8,5</b>	<b>9,9</b>	<b>3,7</b>	<b>4,8</b>
Alagoas	100,0	-	-	-	-
Bahia	59,2	9,2	9,2	9,2	13,2
Ceará	55,6	44,4	-	-	-
Maranhão	72,0	10,0	16,0	-	2,0
Paraíba	90,9	3,6	3,6	-	1,8
Pernambuco	47,8	17,4	30,4	4,3	-
Piauí	100,0	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	78,8	5,8	9,6	3,8	1,9
Sergipe	80,0	-	-	10,0	10,0
<b>SUDESTE</b>	<b>48,4</b>	<b>9,9</b>	<b>14,3</b>	<b>13,0</b>	<b>14,3</b>
Espírito Santo	31,3	31,3	6,3	18,8	12,5
Minas Gerais	66,0	12,3	15,1	4,7	1,9
Rio de Janeiro	-	-	6,3	25,0	68,8
São Paulo	38,8	4,7	16,5	20,0	20,0
<b>SUL</b>	<b>85,3</b>	<b>6,0</b>	<b>5,1</b>	<b>0,9</b>	<b>2,8</b>
Paraná	84,5	8,5	4,2	1,4	1,4
Rio Grande do Sul	89,6	1,5	6,0	-	3,0
Santa Catarina	82,3	7,6	5,1	1,3	3,8
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>50,4</b>	<b>13,1</b>	<b>16,1</b>	<b>8,0</b>	<b>12,4</b>
Distrito Federal	-	-	-	-	-
Goiás	44,0	10,7	16,7	8,3	20,2
Mato Grosso	55,3	15,8	18,4	10,5	-
Mato Grosso do Sul	73,3	20,0	6,7	-	-

**Tabela 29**

Número de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família e número e percentual segundo ano de implantação e realização de internações por local de ocorrência, Brasil, 1998 – 2001

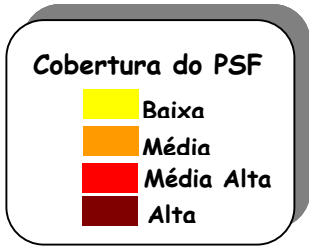
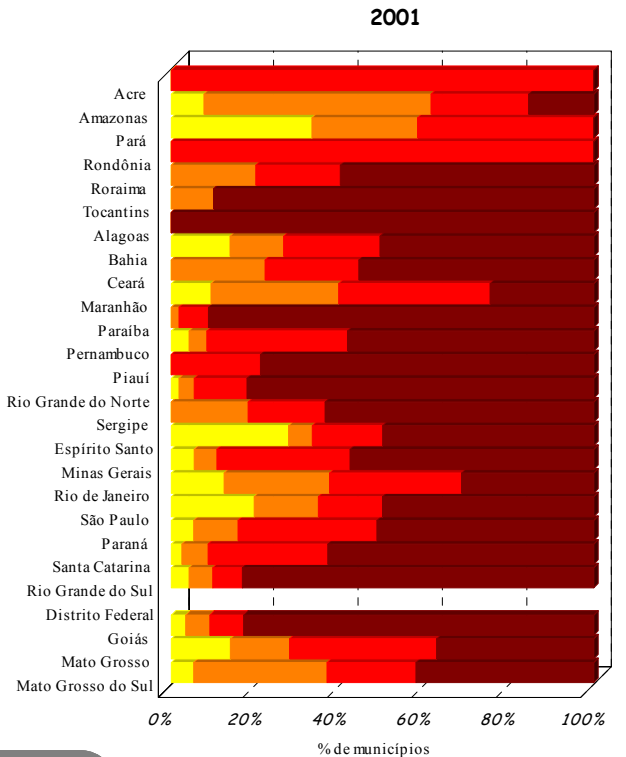
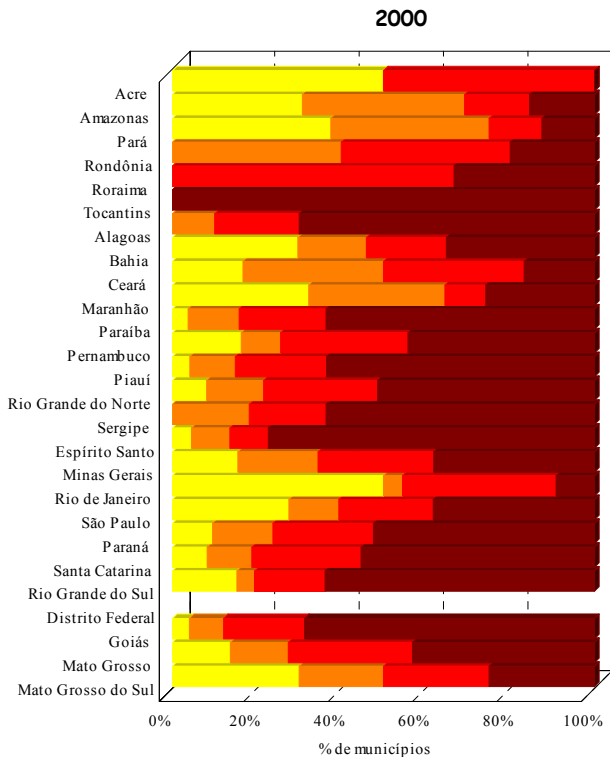
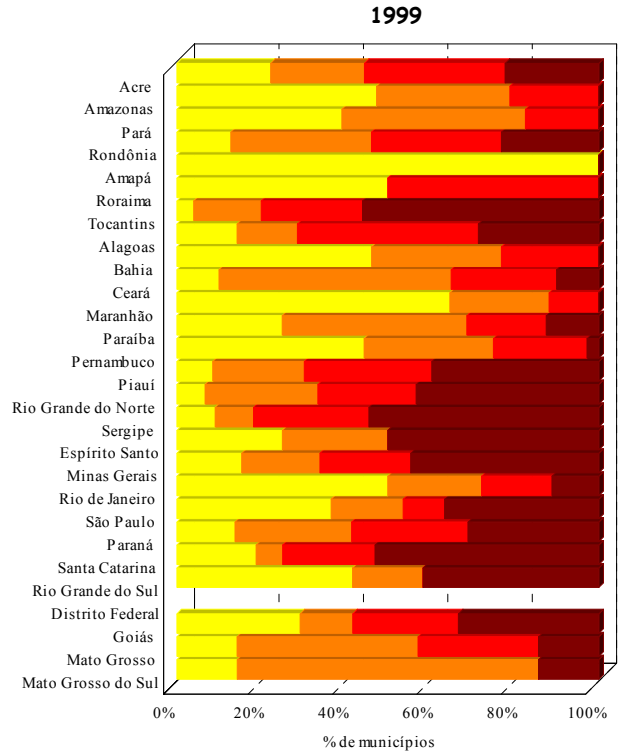
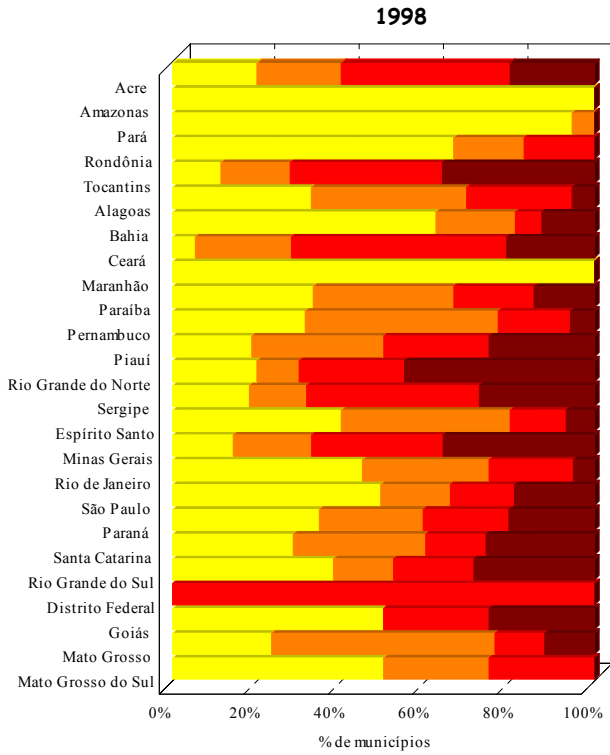
Ano de implantação	Total de municípios que implantaram o PSF	Realização de internações			
		Não		Sim	
		N.º	%	N.º	%
1998	1.134	327	28,8	807	71,2
1999	621	208	33,5	413	66,5
2000	1171	465	39,8	706	60,2
2001	976	395	40,5	581	59,6
Total	3902	1395	35,8	2507	64,2

**Tabela 30**

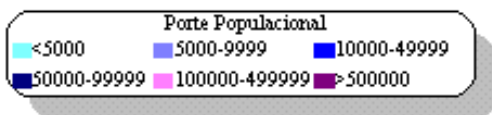
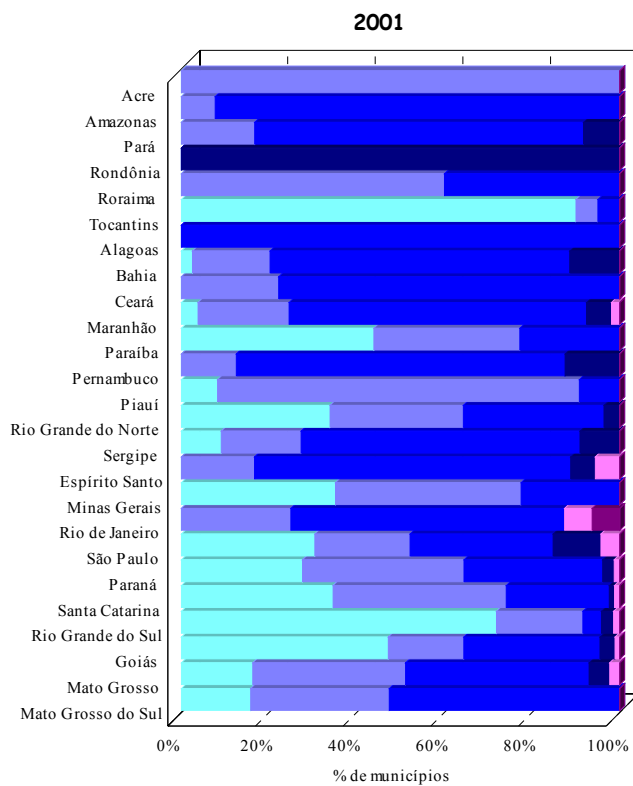
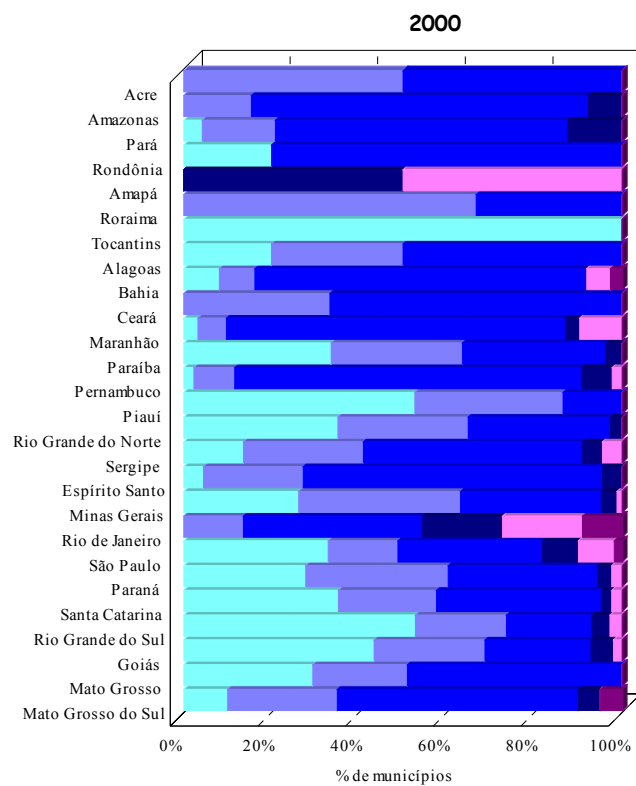
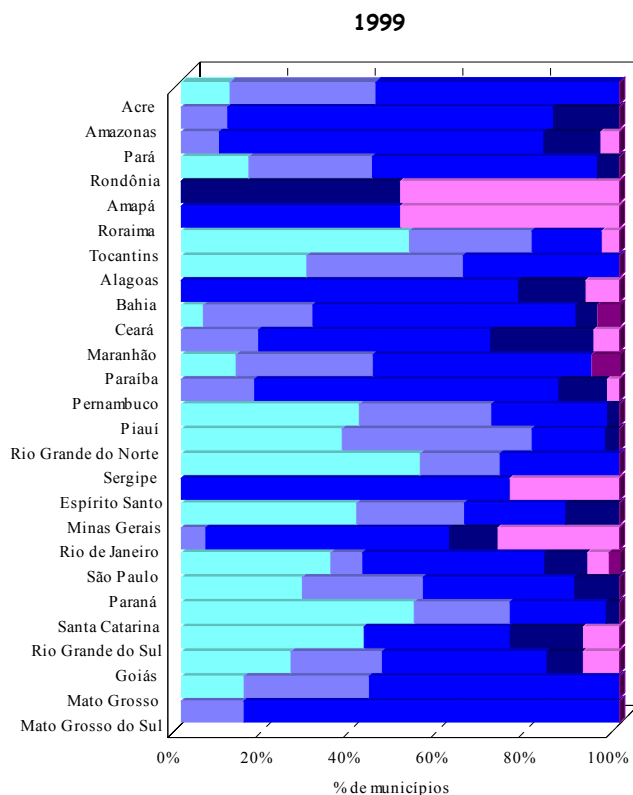
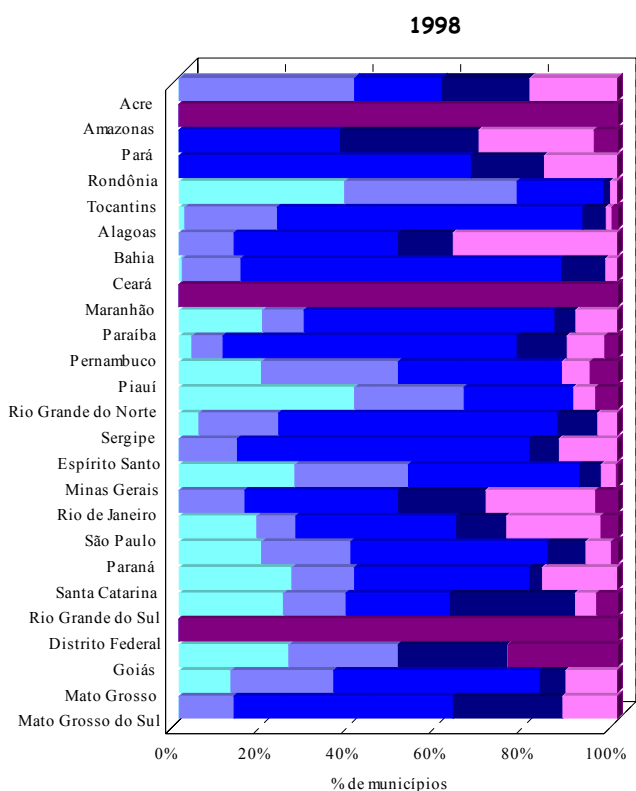
Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família e não realizaram internações (por local de ocorrência) segundo ano de implantação, região e estado, Brasil, 1998 – 2001

Região e estado	Ano de implantação			
	1998	1999	2000	2001
<b>NORTE</b>	26,1	26,1	32,1	50,0
Acre	40,0	33,3	50,0	100,0
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0
Amazonas	0,0	0,0	15,4	15,4
Pará	0,0	26,1	29,2	33,3
Rondônia	0,0	28,2	0,0	0,0
Roraima	0,0	0,0	66,7	20,0
Tocantins	34,4	44,0	83,3	90,0
<b>NORDESTE</b>	22,8	35,7	41,1	40,6
Alagoas	53,9	78,6	100,0	50,0
Bahia	6,3	30,8	32,4	32,9
Ceará	8,1	10,0	0,0	55,6
Maranhão	0,0	11,8	19,4	18,9
Paraíba	28,6	43,8	49,5	64,9
Pernambuco	12,9	11,1	14,0	20,8
Piauí	18,8	40,6	62,2	78,9
Rio Grande do Norte	20,0	40,0	16,2	39,3
Sergipe	59,1	81,8	54,5	45,5
<b>SUDESTE</b>	36,5	39,1	48,0	47,3
Espírito Santo	0,0	0,0	45,5	22,2
Minas Gerais	40,6	46,2	56,0	64,9
Rio de Janeiro	15,0	22,2	14,3	12,5
São Paulo	29,1	39,0	48,5	37,0
<b>SUL</b>	24,0	38,4	37,8	40,4
Paraná	5,3	20,7	27,8	19,7
Rio Grande do Sul	33,3	41,7	48,6	60,6
Santa Catarina	34,3	53,1	43,5	42,0
<b>CENTRO-OESTE</b>	10,0	13,2	28,2	26,2
Distrito Federal	0,0	-	-	-
Goiás	25,0	20,8	28,3	27,6
Mato Grosso	11,8	0,0	35,3	25,6
Mato Grosso do Sul	0,0	0,0	10,0	21,1

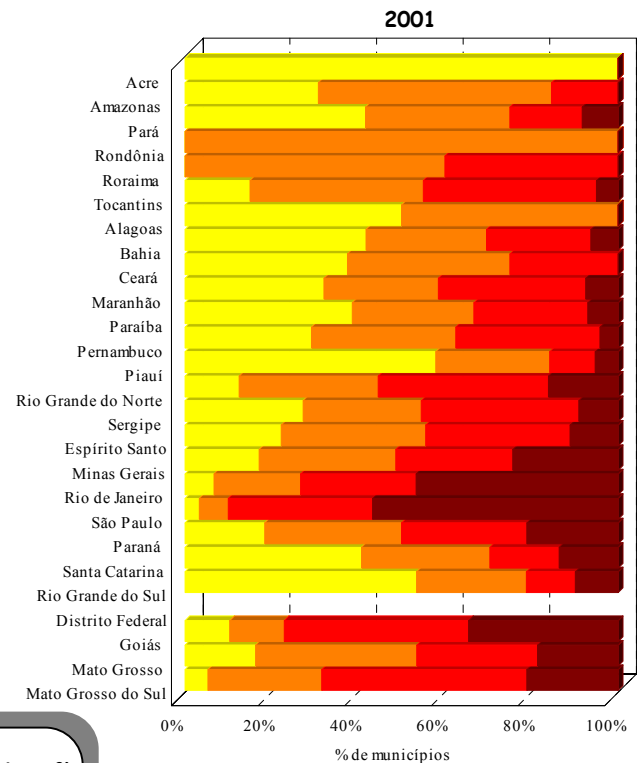
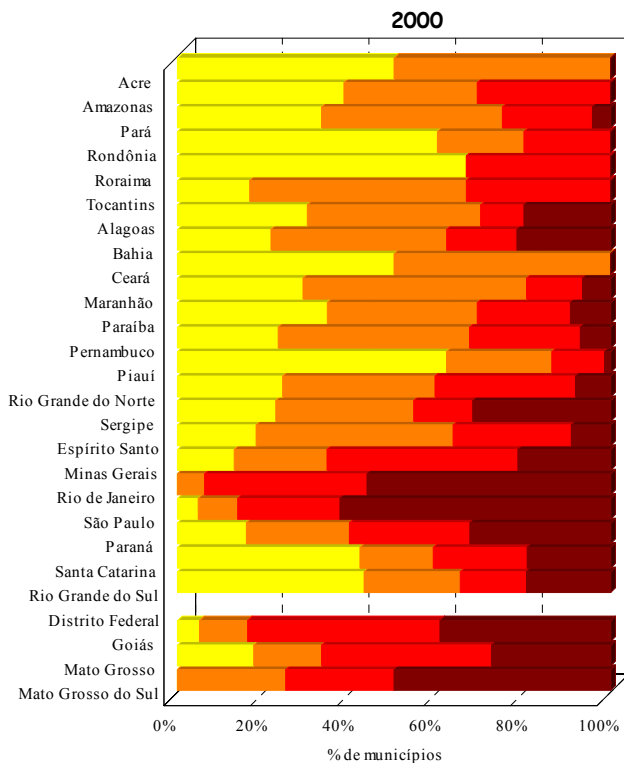
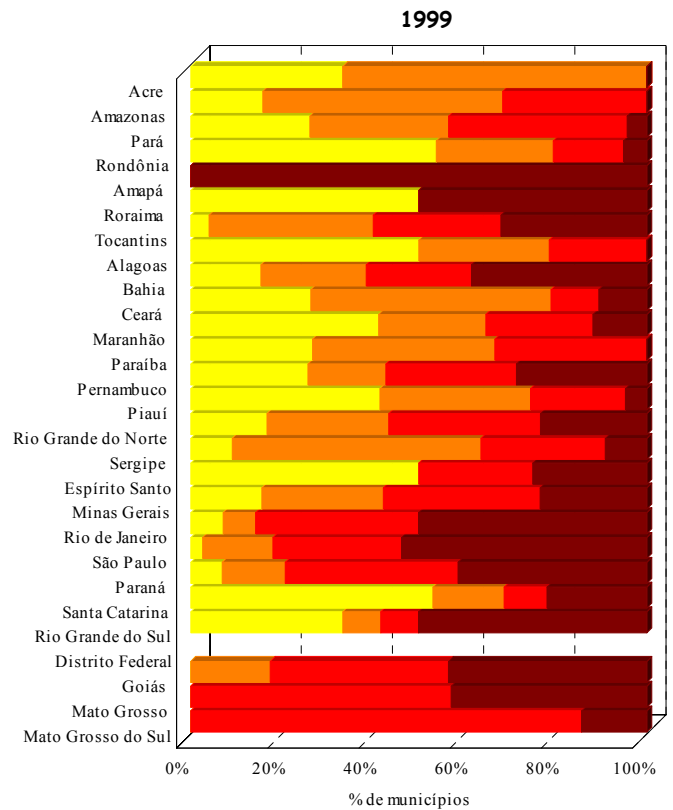
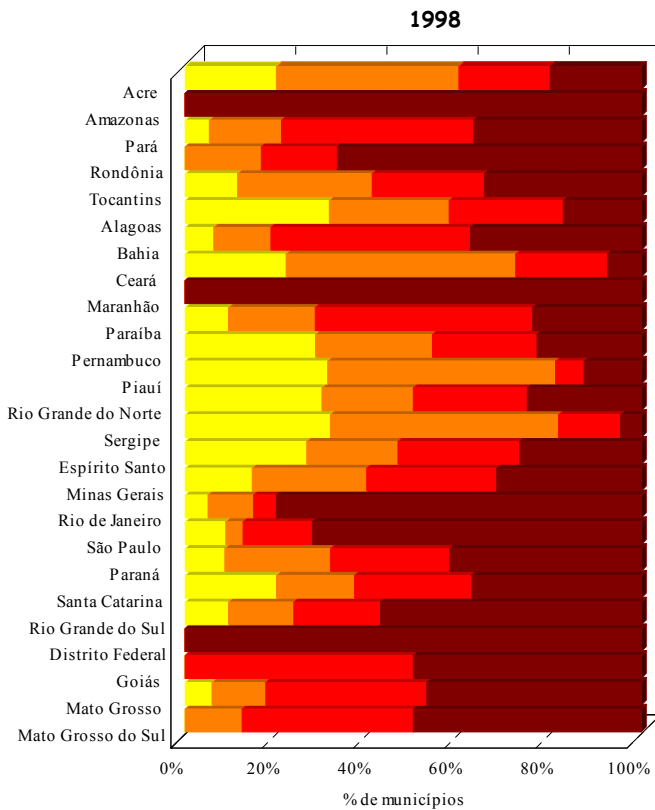
# Gráficos 1 a 4 - Percentual dos municípios segundo estado e cobertura populacional no ano de implantação do Programa de Saúde da Família, Brasil, 1998 e 2001



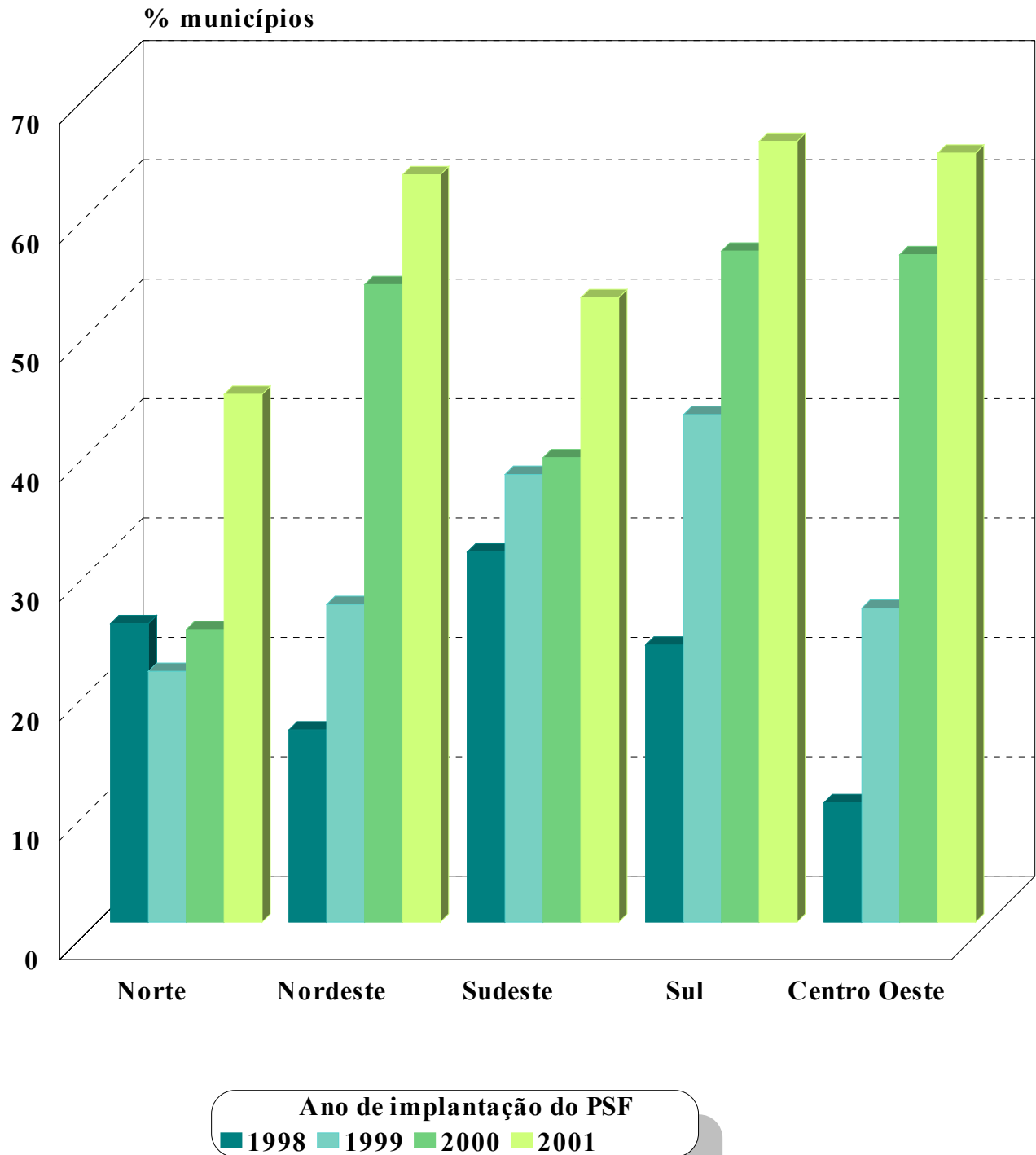
# Gráficos 7 a 10 - Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família, segundo porte populacional e estado, Brasil, 1998 a



# Gráficos 11 a 14 - Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família, segundo nível de urbanização e estado, Brasil, 1998 a 2001

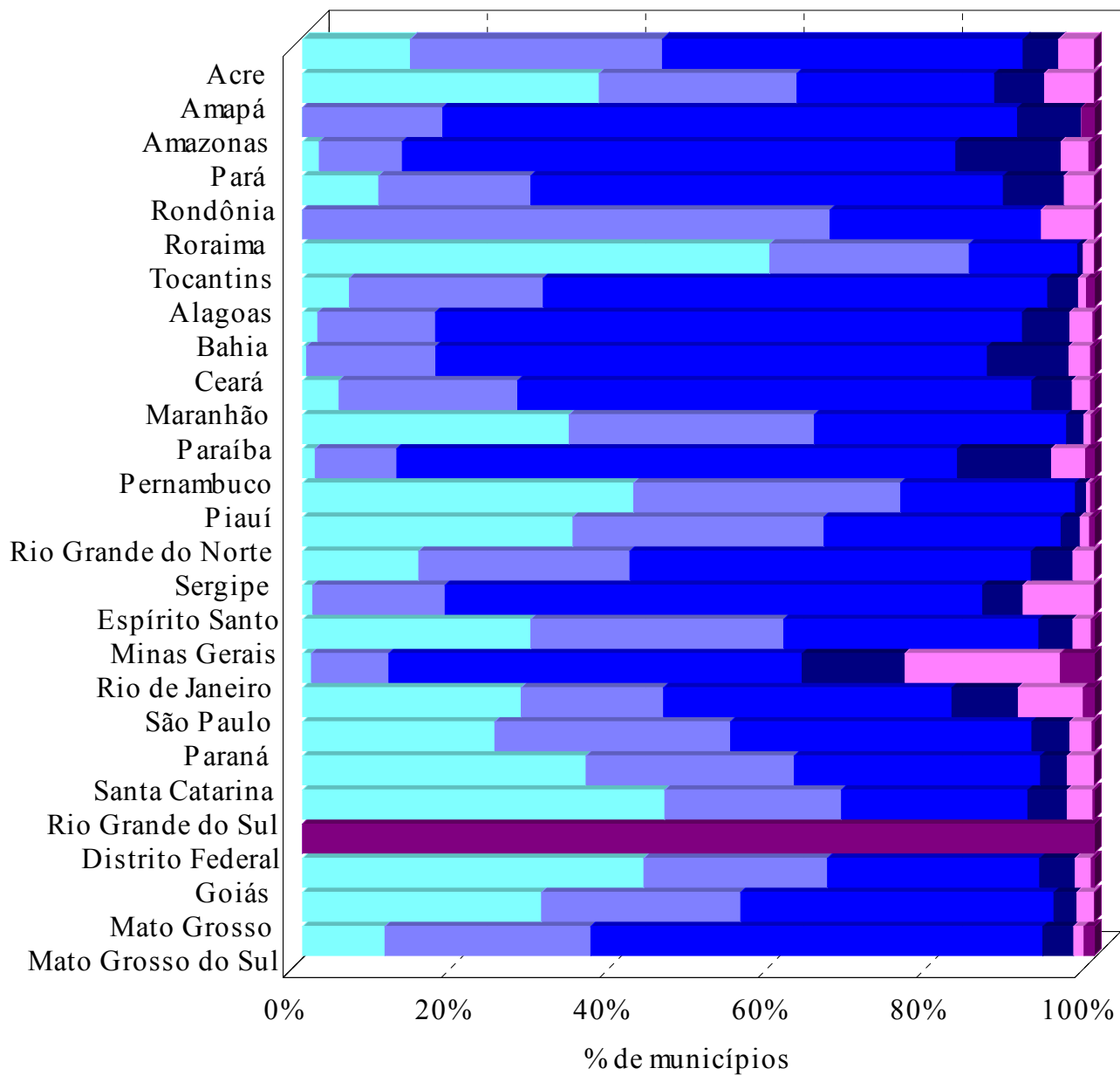


**Gráfico 5 – Percentual de municípios com elevadas coberturas populacionais (> 70%) no ano de implantação do Programa de Saúde da Família, segundo região, Brasil, 1998 a 2001**





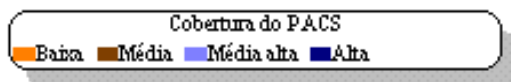
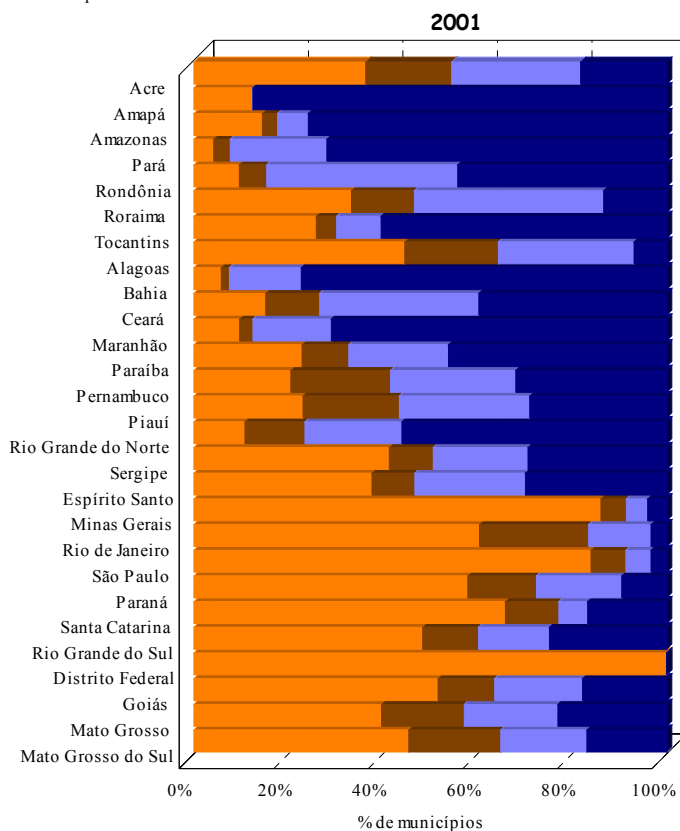
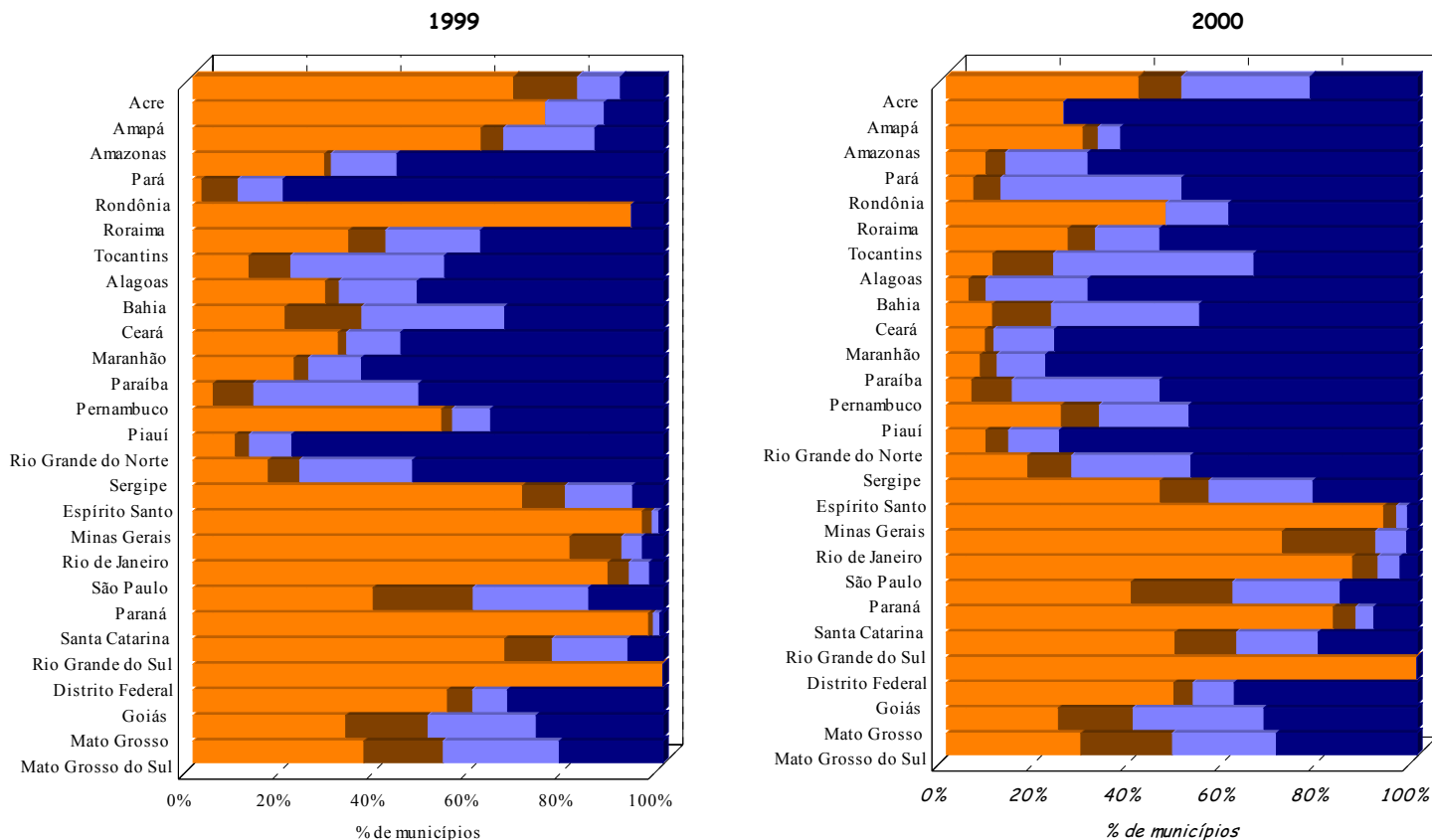
**Gráfico 6 – Percentual de municípios segundo porte populacional e estado, Brasil, 2001**



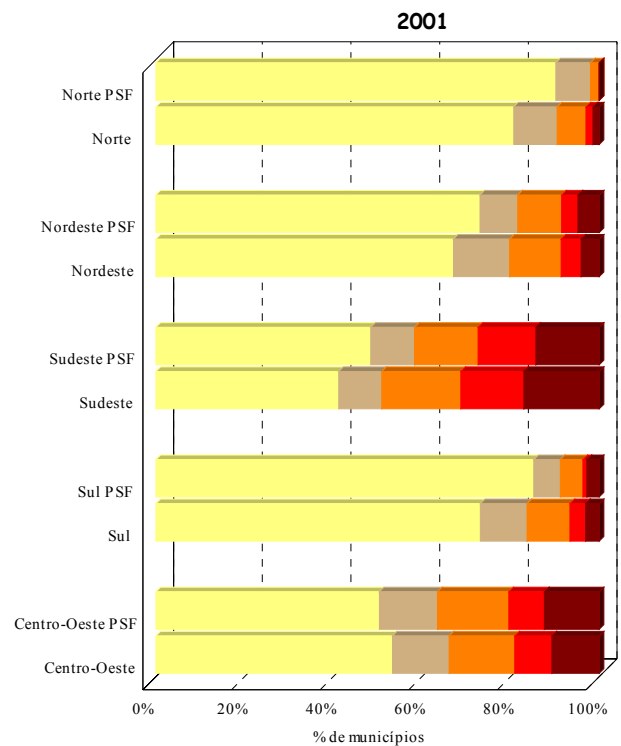
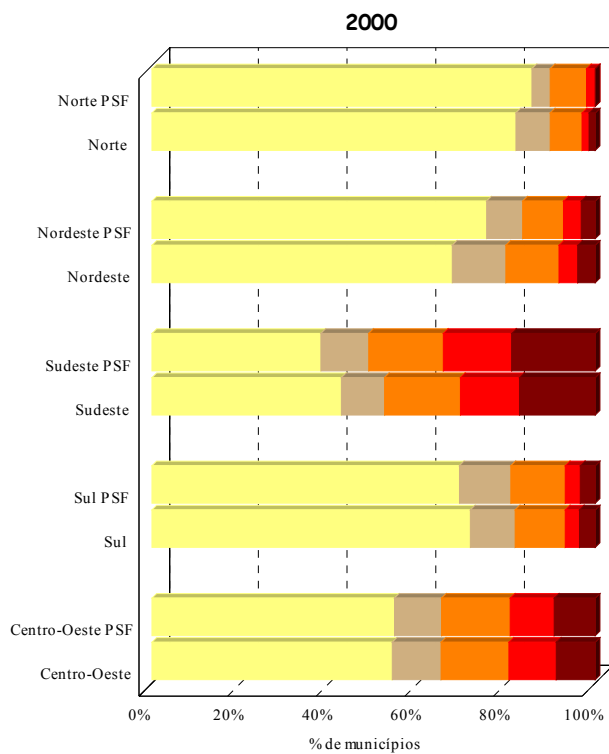
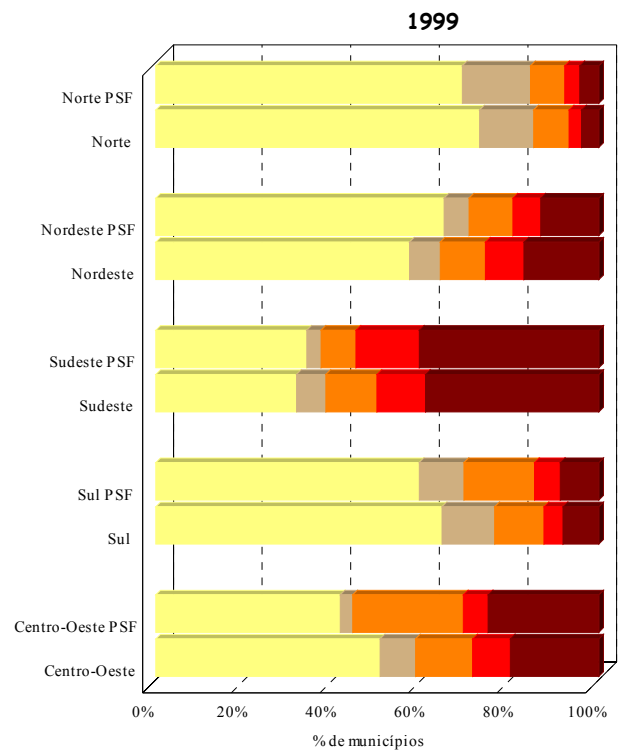
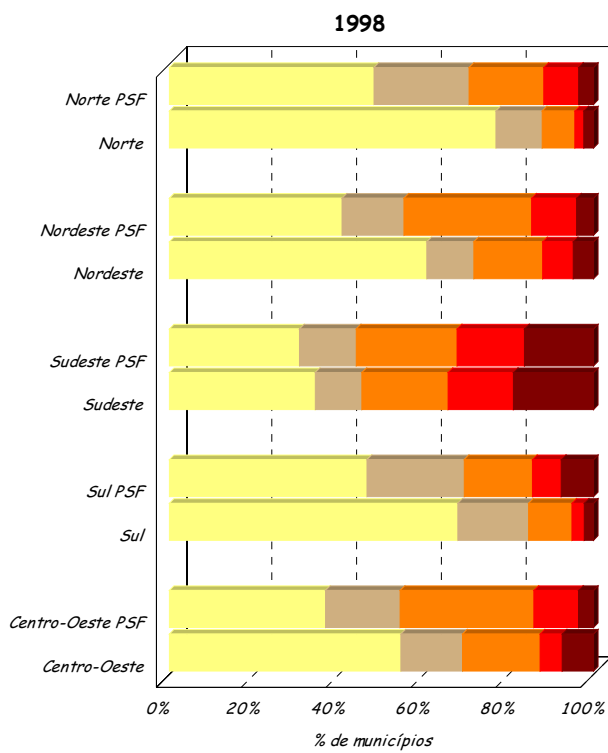
**Porte Populacional**

<span style="color: cyan;">■</span> <5000	<span style="color: lightblue;">■</span> 5000-9999	<span style="color: blue;">■</span> 10000-49999
<span style="color: darkblue;">■</span> 50000-99999	<span style="color: magenta;">■</span> 100000-499999	<span style="color: maroon;">■</span> >500000

# Gráficos 15 a 17 – Percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família segundo cobertura do PACS no ano anterior por estado, Brasil, 1999 a 2001



## Gráficos 18 a 21 - Percentual de municípios e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família segundo região e número de consultas especializadas por habitante/ano, Brasil, 1998 a 2001

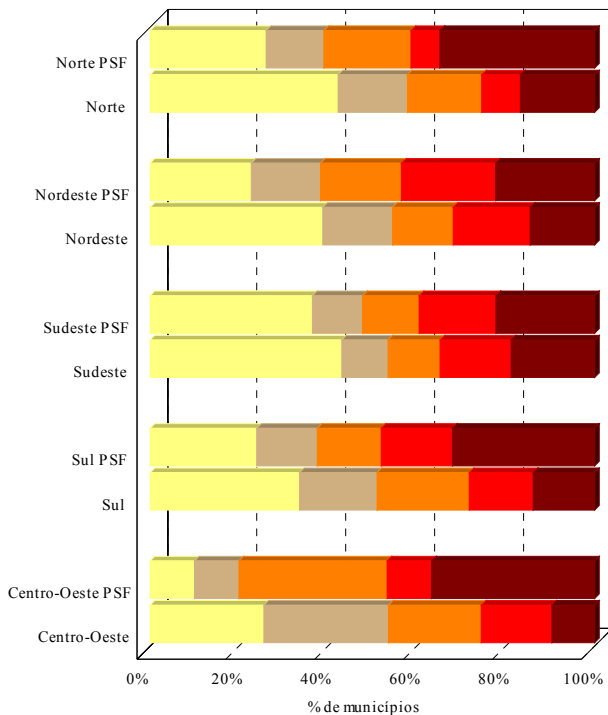


Número de consultas especializadas por habitante/ano

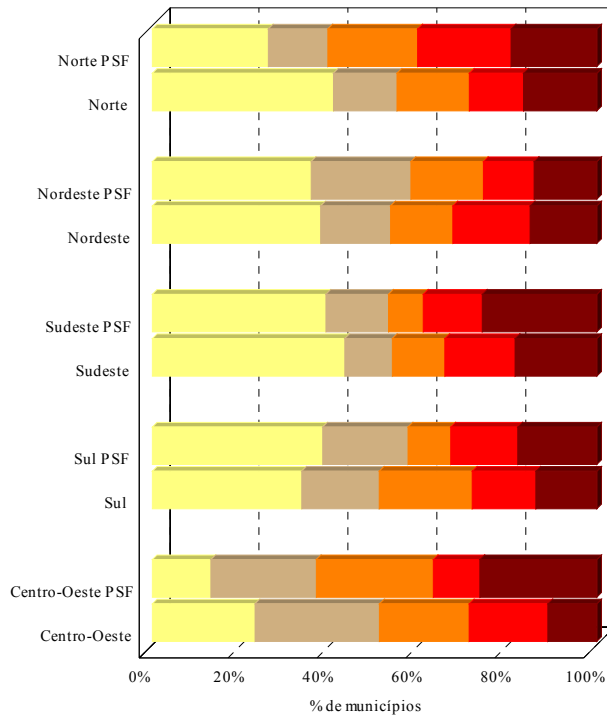
■ 0   
 ■ 0,01-0,09   
 ■ 0,10-0,29   
 ■ 0,30-0,49   
 ■ >0,50

# Gráficos 22 a 25 - Percentual de municípios e percentual de municípios que implantaram o Programa de Saúde da Família segundo número de internações por local de ocorrência e região, Brasil, 1998 a 2001

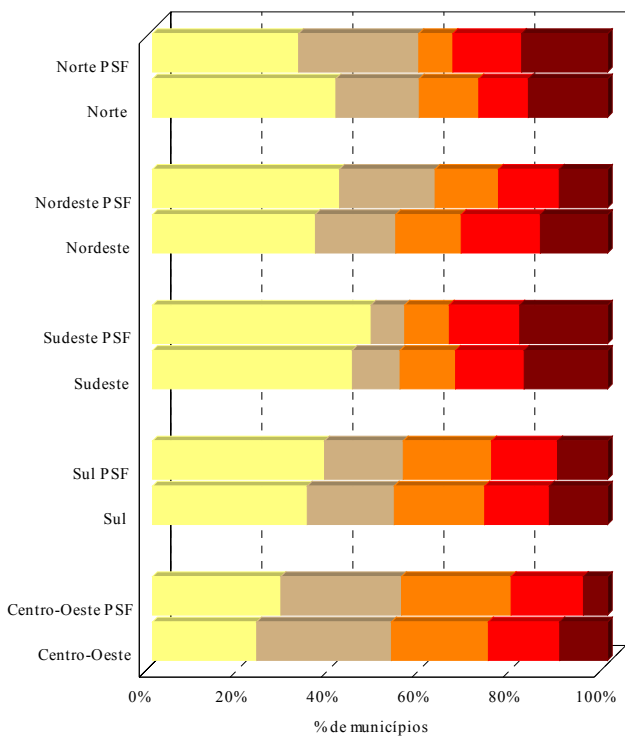
1998



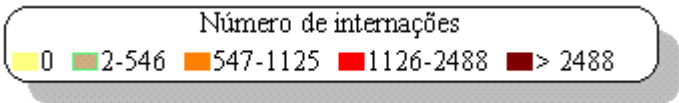
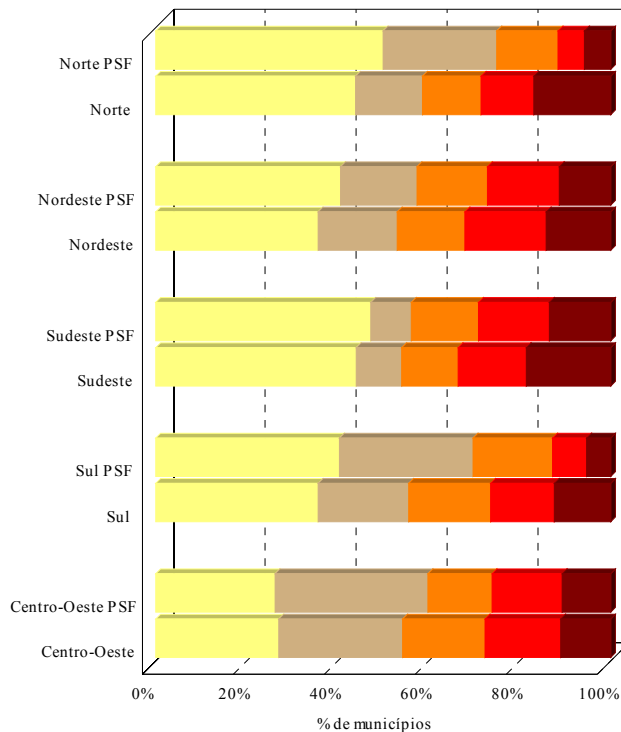
1999



2000



2001



# **Anexos**

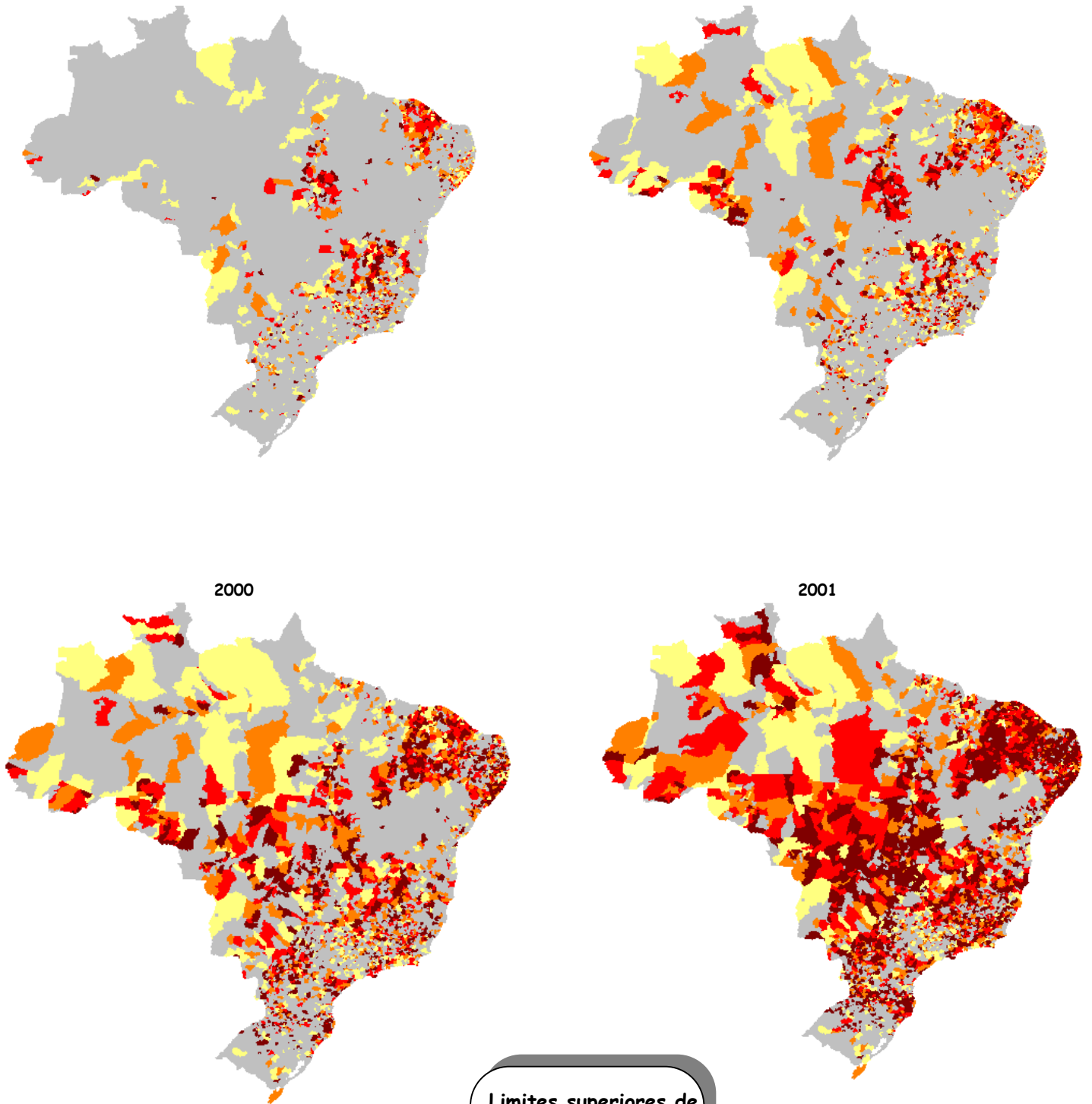
**Mapas 1 a 4: Cobertura populacional do Programa de Saúde da Família nos municípios brasileiros, Brasil, 1998 a 2001**

1998

1999

2000

2001



**Limites superiores de  
cobertura do PSF**

■	0,00
■	19,90
■	39,30
■	69,90
■	100,00